



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER

**Por que Serviço Social? Um estudo com discentes de
Serviço Social da Universidade de Brasília.**

VANESSA GALLINDO DE BARROS

Brasília, Setembro de 2010.

Por que Serviço Social? Um estudo com discentes de Serviço Social da Universidade de Brasília.

VANESSA GALLINDO DE BARROS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade de Brasília como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adrianyce
Angélica Silva de Sousa

Brasília, Setembro de 2010.

Por que Serviço Social? Um estudo com discentes de Serviço Social da Universidade de Brasília.

VANESSA GALLINDO DE BARROS

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Adrianyce Angélica Silva de Sousa (Orientadora)
Departamento de Serviço Social - SER / UnB

Prof^ª. Dr^ª. Daniela Neves de Sousa (Membro Interno)
Departamento de Serviço Social - SER / UnB

Prof^ª. Ms. Sandra Oliveira Teixeira (Membro Externo)
Assistente Social / Doutoranda em Serviço Social - UERJ.

Agradecimentos

Aproveitando esse espaço, começo com uma frase de que gosto muito, de Robert Shinyashiki:

“Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredite que ele possa ser realizado”.

Para a minha felicidade, não foram poucas as pessoas que acreditaram no meu sonho de me tornar uma Assistente Social. Por meio dessas linhas, tão poucas para expressar todo o meu amor e gratidão, venho falar-lhes.

Primeiramente, agradeço à minha família tão querida, a que devo não só a minha existência, mas tudo o que sou hoje: uma pessoa realizada, feliz e que segue pela vida cheia de sonhos, com a certeza de que sempre terá alguém para acreditar neles e oferecer apoio na sua realização.

À minha mãe Cilene, o meu mais profundo e intenso amor. Nada disso seria possível, mãe, sem o seu apoio, dedicação, paciência e amizade. Digo amizade porque, muito mais do que simplesmente a mulher que me deu a vida, você é minha companheira, a minha amiga mais querida. Meu coração segue contigo.

Ao meu pai, Barros, todo o meu afeto e reconhecimento, pela pessoa maravilhosa que é. Sem você, pai, sem o seu apoio e todos os auxílios prestados nos momentos mais difíceis, sem toda essa sua extraordinária inteligência, certamente não estaria aqui, tão feliz e realizada.

Ao Guilherme, meu irmão, toda a extensão de carinho que é possível a um ser humano. Muito obrigada por estar sempre comigo, me acompanhando nos bons e nos maus momentos. Muito obrigada por me colocar “para cima” quando preciso. A sua existência alegre demais a minha vida. Saiba que te amo imensamente, querido.

Não poderia esquecer, aqui, dos meus tão estimados amigos, que sempre estiveram comigo ao longo dessa árdua caminhada e cuja presença foi de fundamental importância nessa conquista. A todos vocês, a minha mais profunda gratidão. Sintam-se todos lembrados.

Igualmente, não poderia esquecer da minha orientadora, a Profª Adrianyce Angélica Silva de Sousa. Muito obrigada, professora, por toda a atenção, paciência e simpatia com as quais me tratou ao longo de todo o processo de elaboração desse trabalho. Sem todo esse apoio, nem mesmo o início dessa jornada teria sido possível. Serei eternamente grata por tudo.

À Profª. Daniela Neves de Sousa e à Profª. Sandra Oliveira Teixeira, meus agradecimentos, por aceitarem compor a banca examinadora deste trabalho.

Agradeço, por fim, a todas as pessoas que leram e lerão este Trabalho de Conclusão de Curso: saibam que ele foi elaborado com o sincero desejo de contribuir, apesar de sua pequenez, com esse importante debate presente no Serviço Social contemporâneo, que é o seu próprio conhecimento, bem como o de seus profissionais.

Resumo

O presente trabalho aborda a questão das motivações que levam à escolha do curso de Serviço Social, tema que instiga diversos questionamentos e debates na área e que possui importância central para a sua compreensão, bem como para o conhecimento de sua categoria. A pesquisa que deu origem a este trabalho foi realizada junto a três grupos de estudantes de Serviço Social da Universidade de Brasília: dois deles eram compostos por alunos que tinham acabado de ingressar no curso, no primeiro semestre de 2010, tendo uma parte deles ingressado no turno diurno e a outra, no noturno; o terceiro grupo participante da pesquisa era composto por discentes que estavam cursando o seu último semestre no mesmo período em que os estudantes dos outros dois grupos estavam iniciando a sua graduação. Junto aos alunos recém-ingressos, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários sócio-econômicos, para se conhecer as razões pelas quais escolheram o curso e para se analisar, juntamente, até que ponto questões como classe social, vinculação religiosa, militância e envolvimento em ações caritativas e movimentos sociais poderiam estar envolvidas nessa escolha. Com relação aos formandos, lhes foram aplicados questionários, com o intuito de se saber a visão que tinham do Serviço Social tão logo o seu ingresso nessa formação acadêmica e a sua visão atual, no último semestre da graduação. Partiu-se do pressuposto de que a maioria das pessoas que ingressaram no curso, o fizeram sem ter uma clara noção a seu respeito, baseadas em uma visão distorcida e estereotipada dele e de sua prática profissional. No caso dos alunos que contribuíram para a realização deste trabalho, a hipótese acima foi confirmada: os recém-ingressos, de forma geral, demonstraram um conhecimento muito vago acerca do curso e da prática profissional dele decorrente, conhecimento que se iguala aos que possuíam os formandos, nos seus primeiros semestres de graduação. Com base nesses dados, é de se supor que ainda é bastante comum, na sociedade brasileira, uma visão estereotipada do Serviço Social e dos seus profissionais, sendo necessárias investigações posteriores para se analisar e tirar conclusões acerca desta hipótese.

Sumário

Introdução.....	08
Capítulo 1.0- Gênese do Serviço Social no Brasil.....	12
1.1- As primeiras Escolas de Serviço Social.....	17
1.2- A influência norte-americana.....	21
Capítulo 2.0- O Movimento de Reconceituação.....	27
2.1- A perspectiva modernizadora.....	31
2.2- A perspectiva de re-atualização do conservadorismo.....	37
2.3- A perspectiva de intenção de ruptura e o Serviço Social na atualidade.....	43
Capítulo 3- Por que Serviço Social? Alguns motivos que levam à escolha do curso.....	60
3.1- Resultado da coleta de dados junto aos estudantes recém-ingressos ao curso no 1º/2010.....	62
3.2- Dados coletados junto aos formandos.....	75
Considerações Finais.....	79
Referências Bibliográficas.....	82
Anexos	87

Introdução

A pesquisa que aqui é apresentada foi realizada com o intuito de se conhecer, brevemente, as maneiras pelas quais o curso de Serviço Social é visto pelos seus alunos recém-ingressos, considerando-se os discentes que se inseriram em tal formação acadêmica no primeiro semestre do ano de 2010, na Universidade de Brasília. Além de ter acesso a essas concepções, objetivou-se, também, tomar conhecimento acerca do perfil desses estudantes, adquirindo-se, assim, uma noção também a esse respeito.

Tais objetivos vão muito além do que aparentam: não se trata apenas de conhecer o perfil desses discentes e saber o que pensam a respeito do curso e da prática profissional dele decorrente. Com esses dados, será possível analisar algumas das motivações que influenciam a escolha do curso, o que levará, por sua vez, ao conhecimento das intenções desses alunos ao ingressarem nele, do que pretendem fazer enquanto assistentes sociais (caso realmente queiram atuar na área). Tudo isso é importante para se saber o que devemos esperar dos futuros profissionais da categoria, sendo necessárias, para isso, pesquisas posteriores, tratando-se o presente trabalho apenas de um recurso para suscitar novas análises e debates referentes a essa temática.

A exploração desse tema nos leva a importantes estudos que foram realizados a seu entorno. Estudos como os de Abreu (2007), Aquino (2007) e Simões (2007). Neles, foram analisados os perfis de uma parcela dos estudantes de Serviço Social da Universidade de Brasília e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, levando-se em consideração diferentes variáveis, como gênero, classe social, religiosidade e engajamento político, com o objetivo de relacioná-las à escolha dessa carreira profissional. Em tais pesquisas, chegou-se à conclusão de que os integrantes dessas amostras eram, em sua maioria, mulheres oriundas de camadas menos abastadas da população, sendo muitas delas seguidoras de alguma religião, participando de trabalhos voluntários e/ou de movimentos sociais. Outro dado importante trazido por esses estudos, é que muitos dos discentes pertencentes a essas amostras se sentiram impelidos a escolher o curso pelas suas inserções em trabalhos voluntários e/ou movimentos sociais.

Toda a curiosidade existente em torno dessa questão não é por acaso, estando ela diretamente relacionada às características antagônicas da profissão ao longo de sua história em nosso país: na sua fase inicial, o Serviço Social esteve vinculado à Igreja

Católica, às elites e ao sexo feminino; já na época do Movimento de Reconceituação, houve uma intensa luta para se romper com esse tradicionalismo, sendo a militância uma constante, tanto em seu arcabouço teórico, como na atuação de seus profissionais.

Muitas dessas características que permearam o Serviço Social brasileiro durante a sua história, acabam por se re-atualizarem hoje, já que é comum, conforme mostram os estudos acima citados, uma confusão entre o que lhe pertenceu no passado e o que lhe pertence hoje. Por isso a existência de toda essa curiosidade que, antes de tudo, é uma necessidade de conhecimento: há o desejo de se saber até que ponto tais características do passado estão no imaginário das pessoas que optam pelo curso atualmente e o quanto elas conhecem do Serviço Social contemporâneo, do seu projeto ético-político. O acesso a essas informações é de primeira importância para o conhecimento da profissão e de sua categoria nos dias atuais. Sobre essa necessidade moderna e as pesquisas realizadas para a sua exploração, diz Aquino:

Trata-se, sobretudo, de um movimento dialético e multifacetado que busca apreender em todas estas manifestações e recorrências (gênero, classe social, religiosidade, engajamento político e tantas outras), possíveis elucidações e sentidos para uma melhor compreensão da dinâmica de nossa profissão e dos sujeitos que a compõem. Numa palavra: é um questionamento do tipo “conhece-te a ti mesmo”, que se coloca ao Serviço Social (2007, p. 04).

O primeiro capítulo, intitulado “Gênese do Serviço Social no Brasil”, discorre sobre a fase inicial da profissão em nosso país: a conjuntura, as relações de poder e os atores envolvidos nesse processo. Ao se estudar o despontamento desse campo de atuação e área de conhecimento em nosso território e como se deram o seu ensino e prática no referido período, conseguimos encontrar razões que talvez sejam as responsáveis pelo fato de que ainda é possível encontrar, nos dias de hoje, pessoas que escolhem essa carreira baseadas numa visão equivocada, acreditando se tratar de uma profissão permeada por princípios como benevolência, abnegação e doação. Tal crença, conforme já citado, pode ser um reflexo dessa fase inicial, onde havia uma forte ligação com a Igreja Católica, aliada a uma associação da prática profissional ao sexo feminino,

que pode, por sua vez, ser um dos fatores responsáveis pela predominância de mulheres na área, que ocorre até hoje.

No capítulo 2, cujo título é “O Movimento de Reconceituação”, abordamos esse movimento, que foi muito importante para a história da profissão no país e cuja ocorrência foi impulsionada por uma crescente insatisfação da categoria com o arcabouço teórico-prático acrítico e apolítico de que dispunha naquele momento. Numa determinada fase desse movimento, muitos dos assistentes sociais que o integravam passaram a adotar uma postura radical de negação das antigas bases da profissão, através de uma atuação militante, confundindo profissão e militância. Acredita-se que muitos dos estudantes que escolheram o curso baseados nas suas inserções em movimentos sociais e políticos, tenham, igualmente, realizado uma confusão, que, por sua vez, pode ser justamente um reflexo dessa postura militante que foi amplamente adotada na época da reconceituação, daí a importância de se ter um capítulo que aborde tal questão.

Por fim, tem-se o terceiro e último capítulo, chamado “Por que Serviço Social? Alguns motivos que levam à escolha do curso”. Nele, são apresentados e analisados os dados obtidos nesse estudo. Além de mostrar o perfil e a visão que os discentes recém-ingressos no primeiro semestre de 2010 têm acerca do curso e da atuação profissional, esse capítulo também expõe, brevemente, as concepções que alguns alunos formandos também em 2010 possuem, no que se refere a essa questão. Uma comparação entre os pontos de vista desses estudantes pode mostrar se o processo de formação interfere na maneira de enxergar essa área de conhecimento e seus profissionais e, em caso de interferência, pode mostrar, ainda, o grau de sua importância. Por apresentar essa contribuição à pesquisa, tal metodologia, baseada na comparação desses dados, foi adotada.

Porém, por mais que se tenha procurado uma amostra significativa e buscado a realização de análises que envolvessem a maior quantidade de variáveis possíveis, a pesquisa realizada é demasiado pequena para abarcar toda a complexidade e pluralidade dessa questão, sendo necessários estudos posteriores para abordá-la em sua totalidade. Estudos que englobem amostras bem maiores, de todas as regiões do país e que sejam realizados num período de tempo maior, possibilitando, assim, a análise de diversas novas turmas de Serviço Social. Tais estudos também devem incluir outras variáveis que

não puderam ser exploradas aqui, como raça e faixa etária, por exemplo. Só assim nós, estudantes e profissionais de Serviço Social poderemos conhecer, de fato, quem somos.

Capítulo 1- Gênese do Serviço Social no Brasil

O período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX foi caracterizado pelo advento da segunda fase da Revolução Industrial¹, nos países de capitalismo central. O agravamento dos problemas sociais, decorrentes dessa conjuntura, trouxe uma grande preocupação para os governos dos países nela inseridos: a organização de movimentos contrários à ordem vigente, por parte das massas excluídas. Esses movimentos estavam se tornando cada vez mais articulados e presentes na sociedade, o que aumentava, progressivamente, o seu grau de ameaça ao sistema.

O aumento de tal ameaça, exigiu dos governos dos países que a enfrentavam, mudanças na forma de lidar com a problemática social. Dentre as mudanças que foram estudadas e adotadas, estava a necessidade de um profissional preparado para atuar especificamente nesses problemas, amenizando, assim, o seu grau ameaçador. Neste sentido, o Serviço Social surge como uma demanda do Estado no momento preciso da acumulação monopolista do capital, ou seja, uma profissão que surge como necessidade da reestruturação da forma de acumulação e da necessidade de gestão da mesma.

Além dessas demandas, outro elemento também esteve presente no processo de surgimento dessa profissão: o movimento no qual estava engajada a Igreja Católica, naquela época. No referido movimento, essa instituição buscou, de diferentes maneiras, recuperar o poder e a hegemonia de que gozava na Idade Média.

¹ De acordo com Hobsbawn (1979), a Revolução Industrial foi um fenômeno iniciado na Inglaterra, em meados do século XVIII, se espalhando rapidamente por vários países. Nele, é possível notar um avanço bastante significativo da tecnologia, o que provocou a substituição da produção decorrente do trabalho humano pela produção decorrente do uso de máquinas. Mas esse fenômeno não pode ser caracterizado apenas como um simples avanço tecnológico que permitiu, em grande parte, a substituição da mão-de-obra humana: com ele, a burguesia finalmente conseguiu se estabelecer no poder, fazendo valer seus interesses, consolidando, assim, a ordem capitalista. Portanto, representou uma mudança profunda na sociedade, englobando não só o modo de produção e a economia, mas a própria maneira de se viver e ver a realidade. Hobsbawn acredita que esse fenômeno pode ser dividido em três fases: a primeira marcou o seu surgimento, tendo ocorrido entre meados do século XVIII e meados do século XIX. Já a segunda, se iniciou com o término da primeira, se estendendo até a metade do século XX. Nela, ocorreram avanços tecnológicos que possibilitaram o aumento da produção, bem como melhorias no seu transporte. Como exemplo desses avanços, podemos citar: a substituição do ferro pelo aço; a utilização de novas fontes de energia, como o petróleo e a energia elétrica; e a inovação dos meios de transporte, com a introdução de locomotivas e navios a óleo, a invenção do automóvel, do avião, do telégrafo sem fio, do rádio e da televisão. E por fim, tem-se a terceira fase, iniciada em meados do século XX e que perdura até os nossos dias, sendo caracterizada pela informatização e pela robótica.

Em 1891, o papa Leão XIII publicou a encíclica *Rerum Novarum*, que pode ser considerada o marco inicial do crescimento dessa mobilização cristã, já que, segundo Ruttem, uma intensa articulação dos católicos leigos foi iniciada em resposta aos apelos apresentados pelo pontífice nesse documento, fortalecendo ainda mais o movimento de expansão da influência da Igreja, já iniciado pelo laicado.

A principal temática abordada na *Rerum Novarum* foram os problemas sociais, de uma forma geral, sendo possível notar uma ênfase na questão trabalhista, na relação de oferta e exploração da força de trabalho existente entre trabalhadores e capitalistas. Tal ênfase fica bem clara se prestarmos atenção na quantidade e densidade das considerações feitas pelo papa Leão XIII acerca dessa relação.

Em relação ao proletariado, o pontífice se mostrou bastante contraditório, pois reconheceu as violentas formas de exploração de sua força de trabalho (chegando até mesmo a repreender os capitalistas, tidos como “insensíveis”), mas se colocou, por outro lado, totalmente contrário à luta que vinham travando por uma nova ordem societária, baseados no Socialismo, e o fez defendendo veementemente a propriedade privada, sob a alegação de que uma ameaça a ela equivaleria a uma ameaça à vontade divina.

O representante mundial da Igreja Católica, além dessas considerações, ainda fez outras, baseado na sua crença de que os burgueses e os proletários podiam mudar seus comportamentos. Com isso, apontou mudanças comportamentais que poderiam ser adotadas pelos integrantes dessas duas classes, para haver, então, o apaziguamento de suas insatisfações e a contenção do avanço dos radicalismos ideológicos delas decorrentes (do qual o Socialismo é o mais notável).

Aos burgueses foi apontada uma redução de sua imensa ambição, considerada a responsável pela cruel exploração a que submetiam seus empregados. Ao reduzir sua ânsia desenfreada por lucros, seria possível aos donos dos meios de produção ter atitudes justas com os trabalhadores, pagando-lhes o equivalente ao valor real das atividades por eles exercidas e não mais os submetendo à jornadas exaustivas de trabalho.

Já ao proletariado, foi apontado o fim do uso da violência para com os seus patrões. Os trabalhadores deveriam, assim, optar por meios pacíficos nas suas tentativas de acordo com os capitalistas. Deveriam, também, abrir mão de seus ideais de mudança na ordem social vigente. Somente desta maneira, abdicando de suas lutas e anseios, a

classe trabalhadora conquistaria o respeito da burguesia, conseguindo ter com ela uma relação harmônica, na qual haveria espaço para negociações pacíficas das suas condições de vida e trabalho.

Ainda neste documento, é possível encontrar um apelo do papa à comunidade cristã, pela melhoria de sua organização. Com uma articulação mais estruturada, engajada e presente na sociedade, seria possível aos cristãos atuar de maneira mais satisfatória na “recristianização” da população, assim como na ajuda à classe operária, que se encontrava em um estado bastante deplorável, decorrente da cruel exploração a que era submetida para satisfazer o desejo incessante de lucros dos proprietários dos meios de produção. A mobilização do laicato nesse movimento de expansão da Igreja já era bastante intensa no momento em que a encíclica foi publicada, tendo-se como objetivo, portanto, uma maior participação dos católicos leigos. Atendendo ao apelo papal, inúmeros cristãos, em todo o mundo, se engajaram nessa luta da Igreja. O engajamento foi tão grande, que fez surgir, posteriormente, a necessidade de se “tecnificar” as ações de ajuda realizadas pelos sujeitos nele envolvidos, tornando-as mais eficientes.

No caso do Brasil, a influência dessa encíclica passou a se fazer mais presente a partir da década de 1920, como mostra Castro:

No Brasil, como ocorreu no Chile, é ao longo dos anos vinte que a Igreja Católica revigorou a sua ação para responder aos efeitos de uma crescente perda de hegemonia na sociedade civil e no Estado, promovendo um vasto movimento de cariz espiritual que procurava lançar profundas raízes na política e na economia. (2000, p. 95)

Em decorrência desse fortalecimento do movimento católico, surgiu, em 1992, o Centro Dom Vital, a partir do qual as ações de organização do laicato e dos cristãos leigos se tornaram mais articuladas, o que resultou na sua expansão. Nesse mesmo ano, foi criada também a Confederação Católica, “instrumento prático para o revigoramento eclesial” (Castro, 2000, p. 95).

Vale lembrar que, nos anos 1920, o nosso país, apesar de possuir uma população predominantemente cristã, já não tinha a sua realidade tão influenciada pelas decisões da Igreja, em comparação ao que ocorreu ao longo de boa parte de sua história. Com relação ao contexto sócio-econômico, era notável o surgimento das primeiras fábricas e cidades,

estando os nossos processos de industrialização e urbanização, portanto, consideravelmente desenvolvidos. A maioria dos brasileiros ainda trabalhava no campo, enquanto que, nas fábricas, os operários eram, em sua grande maioria, imigrantes², que baseados nas ideologias bastante difundidas em seus países naquele momento, deram início a diversos movimentos de contestação, haja vista que, ao chegarem em nosso território, se depararam com péssimas condições de vida e trabalho.

Essa articulação do proletariado, por estar cada vez mais forte, vinha se constituindo numa grande ameaça à burguesia. A Igreja, igualmente, estava preocupada com essa articulação, já que esta também representava uma ameaça progressiva para si, para as instituições que defendia, como a propriedade privada e as relações sociais vigentes. A propriedade privada era vista como decorrente da vontade divina e lutar contra ela era lutar contra a vontade do “Criador”. Já as relações sociais, do modo como ocorriam, também eram vistas como algo natural: cabia às pessoas menos abastadas se conformar com a sua situação, dado que esta era uma forma de expurgar os seus pecados. À burguesia, também interessava, obviamente, a manutenção dessas instituições, pois só assim permaneceria na condição privilegiada em que se encontrava. Tal confluência de interesses estimulou uma crescente aproximação desses dois grupos, que a usaram para defender seus anseios.

Com a vitória do movimento organizado pelas oligarquias dissidentes, que teve como resultado a retirada das oligarquias cafeeira e mineira do poder em 1930,³ a Igreja

² De acordo com Alencar (1996), durante o início do século XX, o Brasil recebeu um grande contingente de imigrantes (que eram, em sua maioria, italianos, espanhóis, alemães, japoneses e em menor quantidade, de outros países europeus), que vinham ao país impulsionados pela expansão do seu processo de industrialização e com o desejo de sair de uma conjuntura abalada social e economicamente (vale lembrar que nesse período ocorreu a Primeira Guerra Mundial). Ao desembarcar em solo brasileiro, a maior parte desses imigrantes ia para São Paulo, trabalhar nas suas indústrias (essa primeira fase de industrialização do país, teve como foco, o estado de São Paulo) e lá se deparava com péssimas condições de trabalho. Diante disso, muitos desses imigrantes, influenciados pelos princípios de movimentos em franca expansão nos seus países (como o anarquismo e o socialismo), com os quais tiveram contato antes da imigração, começaram a exercer influência sobre os trabalhadores brasileiros com as idéias advindas de tais movimentos e com eles, deram início a uma luta por melhores condições de vida e de trabalho (luta essa marcada por várias greves e manifestações).

³ Muitos historiadores se referem a esse movimento como “Revolução de 30”, mas há controvérsias no uso dessa nomenclatura, pois existem estudiosos que acreditam que não se tratou de uma revolução de fato, dado que se tratou apenas da retirada de um setor da elite brasileira (as elites cafeeira paulista e leiteira mineira) do poder político para a entrada de outro (oligarquias dissidentes, de diferentes produções e regiões do país, notadamente a de produção de charque, do sul), o que não implicou muitas mudanças, já que, por também pertencer à elite, o novo grupo que ficou no poder tinha interesses bastante parecidos com os do grupo que retirou dessa posição. Behring e Boschetti (2008), por exemplo, são autoras que fazem

conseguiu ainda mais progressos na sua busca pela hegemonia perdida. Logo após a vitória dessa mobilização, se instalou uma indefinição quanto à ocupação do poder, visto que ela englobou diferentes setores da elite brasileira. Diante dessa indefinição (e da ameaça que representava), Getúlio Vargas, um dos líderes do levante, assumiu o poder em caráter provisório. Com intenção de se manter no cargo de presidente, Vargas viu o apoio da Igreja como favorável para alcançar tal intento e passou, então, a conceder privilégios a essa instituição, o que favoreceu mais ainda o processo de expansão no qual estava empenhada, segundo Castro:

As vantagens obtidas pela igreja nesta etapa resultam de uma complexa interação com o governo de Vargas, que reconhecia nela um aliado apreciável a ser atraído em função de sua influência e autoridade (...) (2000, p. 97)

Os privilégios obtidos com esse apoio adicional possibilitaram à Igreja fundar uma série de novos aparatos institucionais, que dotaram de maior solidez as estruturas de seu movimento, que já gozavam de uma respeitável estabilidade. Castro cita alguns desses aparatos:

No que se refere à montagem de aparatos próprios, a partir de 1932 a Igreja voltou a ela imprimindo maior vigor ao seu trabalho organizativo. Tendo como base instâncias já existentes – como o Centro Dom Vital, de grande influência nesse período, e a Confederação Católica-, ela promoveu a formação da Ação Universitária Católica, do Instituto de Estudos Superiores, da Associação de Bibliotecas Católicas, de círculos operários, da Confederação Nacional de Operários, da Liga Eleitoral Católica e da Ação Católica, esta em 1935. (2000, p. 98)

Dentre as instituições criadas nesse período, não se pode deixar de citar o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), cujas atividades foram de fundamental importância para o surgimento do Serviço Social no país.

O CEAS surgiu em 1932, a partir do “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, realizado em São Paulo e promovido “pelas cónegas de Santo Agostinho, para o

parte do grupo de estudiosos que não acredita no caráter revolucionário desse movimento, referindo-se a ele como “quartelada”.

qual fora convidada Mlle. Adèle Loneaux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas” (Carvalho e Iamamoto, 2009, p. 168). Após o fim do curso, as moças que dele participaram, elaboraram um relatório, no qual se mostraram demasiado interessadas na organização de uma instituição voltada para a promoção e o estudo do bem-estar na sociedade. Diante desse apelo, foi criado o CEAS, cujo surgimento, de acordo com Carvalho e Iamamoto:

Aparece como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e Ação Católica –especialmente da primeira- de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicado. (2009, p. 168)

A essa instituição, coube a responsabilidade de promover “a formação técnica especializada de quadros para a ação social e a difusão da doutrina social da Igreja”, (Carvalho e Iamamoto, 2009, p. 173). Tal formação era voltada para as moças católicas da alta sociedade, que depois de formadas, passavam a atuar junto ao proletariado, na redução da precariedade das suas condições de vida e na promoção de sua moral.

A intensificação das atividades do CEAS acabou por dar origem à Escola de Serviço Social de São Paulo, primeira dessa natureza a surgir no país, em 1936.

1.1- As primeiras Escolas de Serviço Social

À necessidade sentida pelo CEAS de dar uma “orientação mais segura à formação técnica especializada sobre os problemas sociais brasileiros, difundir e intensificar a formação e a ação social católica” (Setubal, 1983, p. 113), somou-se uma demanda vinda do Estado por uma intervenção junto aos setores pauperizados da sociedade, já que estes vinham aumentando consideravelmente, devido ao processo de expansão da industrialização. Soares chama a atenção para esta dupla demanda:

O CEAS passa a buscar uma formação técnica especializada para o desempenho da ação social e da difusão da Doutrina Social da Igreja, permitindo que o Serviço Social surja num duplo: a partir da orientação do movimento laico, e também a partir de uma demanda do Estado. (2006, p. 15)

Impulsionadas por essas demandas, as assistentes sociais formadas na Europa Maria Kiehl e Albertina Ferreira Ramos fundaram, com o apoio do CEAS, a Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936.

A formação promovida por esse estabelecimento de ensino contava com uma forte presença de princípios advindos das escolas de Serviço Social francesa e belga (desta última principalmente), já que as suas fundadoras e demais professoras (que vieram a agregar o quadro de funcionárias, pouco tempo depois de sua fundação) eram formadas em tais escolas. Por ter sido criado a partir do CEAS, o conteúdo transmitido às estudantes também era permeado de princípios da doutrina cristã.

Essa combinação acabou originando, posteriormente, uma prática individualizada, de cunho educativo-moral, cujo objetivo principal era a conformação do proletariado a sua realidade, reduzindo a ameaça que este representava ao poder da classe dominante, como mostra Setubal e Soares (respectivamente):

O ensino dessa instituição apoiava-se na Doutrina Social da Igreja, ao tempo em que procurava despertar em seus alunos interesse pela solução dos problemas sociais, mediante um trabalho idealista, cheio de amor ao próximo e a este dedicado. Preparou tecnicamente os alunos para agirem nos diversos quadros da vida social, familiar, profissional, numa tarefa de reajustamento, e quando possível, de modificação das situações que prejudicavam o bem-estar social. (1983, p. 114)

E ainda,

A formação profissional se dá nesse momento a partir da influência européia, através do denominado Modelo Franco-Belga, tomando por base o princípio tomista de salvar corpo e alma, pois ambos constituem-se uma unidade. (...) onde sua influência (do positivismo) implicará na percepção, à época, da questão social como questão moral a ser enfrentada a partir de um enfoque individualista, psicologizante e moralizador, que responsabiliza os sujeitos pelos problemas sociais que vivenciam (...). O centro das preocupações era a família operária, enquanto base da reprodução material e ideológica da força de trabalho, priorizando uma ação assistencialista, visando às seqüelas materiais da exploração capitalista junto a este segmento. (2006, p. 15)

Além disso, a formação oferecida pela escola brasileira, nessa sua fase inicial, era totalmente voltada para a prática, não havendo, assim, uma apreensão profunda da

realidade. A ordem capitalista e a luta de classes dela decorrente, não eram estudadas, sendo os diversos problemas sociais considerados como resultado de um desvio moral e não de um sistema baseado na exploração cruel de uma imensa maioria para o enriquecimento de uma minúscula parcela da sociedade. Setubal aborda isso com clareza:

O Serviço Social no Brasil nasce, pois, numa dimensão eminentemente prática, colocando de lado a dimensão teórica, como se não lhe coubesse construí-la. Nasceu com o objetivo de ajustar, sem questionar a ordem vigente. Não via criticamente a história brasileira, nem a vida e o cotidiano do ‘assistido’. A idéia de mudança não existia. A sociedade era vista de forma estática, com valores e tradições às quais o indivíduo tinha que se ajustar, se integrar ou se acomodar. (1983, p. 114)

Por ter a prática como foco principal e por ser desprovida de um arcabouço teórico próprio, a formação era bastante diversificada, resultando numa atuação igualmente genérica: as alunas estudavam desde noções de sociologia e psicologia, a princípios religiosos, assim como também aprendiam a costurar roupas, a limpar uma casa, etc. Como assistentes sociais, essas moças realizavam doações de bens necessários à subsistência dos trabalhadores, lhes davam conselhos (onde a presença de princípios religiosos era marcante, numa clara tentativa de mudar os comportamentos desses sujeitos), ensinavam as trabalhadoras a cuidarem da higiene de seus lares (prática impulsionada pela tendência higienista⁴, que permeava a sua formação), dentre várias outras atividades.

Elas não tinham uma prática dentro dos moldes de uma profissão de fato, visto que a mulher, nesse período, não era bem vista no mundo do trabalho, sendo a execução de funções que requeriam raciocínio, competitividade e poder de liderança destinada somente aos homens. Às mulheres, era reservado o casamento, os afazeres domésticos e a posição de submissão que isso implicava. Quando atuavam fora do lar, o faziam em atividades ligadas à caridade, associadas a papéis sociais que estabeleciam “qualidades” inatas, como: sensibilidade, abnegação e calma. Era comum, nessa época, ver apenas

⁴ Esta tendência, como mostra Góis Júnior (2006), é decorrente do chamado “Movimento Higienista”, que chegou ao nosso país entre o final do século XIX e início do século XX. No Brasil, seus adeptos tinham por intenção, a promoção de mudanças no padrão comportamental da população desse país, para livrá-lo de várias doenças. Acreditavam que os brasileiros (diga-se, os brasileiros pertencentes às camadas populares) não tinham bons hábitos de higiene, o que gerava a proliferação de moléstias as mais diversas.

mulheres desempenhando funções como a de enfermeira e professora. Vê-se que a predominância, aqui, para as profissões tidas como femininas, está ligada a uma forte moral sexual, que definia os papéis do feminino como condição para a inserção profissional e que conferia a essas profissões, um caráter apolítico e de benevolência. O Serviço Social, como não poderia deixar de ser, também se incluía nessa tendência, na fase inicial de sua existência.

Portanto, a atuação como assistente social, nesse período, era reservada às mulheres, mas não a todas elas: somente àquelas que pertenciam à elite. Isso ocorreu devido às exigências feitas pelas primeiras escolas de Serviço Social que aqui surgiram, às quais só se enquadravam moças da alta sociedade. Dentre essas exigências, podemos citar: ter uma formação moral íntegra (o que, como se acreditava, só poderia ser fornecido por uma família abastada e cristã⁵) e ter concluído o curso secundário⁶. Também eram exigidas, das aspirantes a alunas, determinadas qualidades, como grande preocupação com o próximo, espírito de abnegação, religiosidade e muitas outras, segundo Carvalho e Iamamoto: “(...) devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e conversar, etc” (2009, p. 221). Como já citado, essas características eram (e ainda são) atribuídas à mulher e portanto, somente elas tinham, reconhecidamente, aptidão para exercer tal profissão.

Mas esse caráter elitista e predominantemente feminino também era de interesse da Igreja e do Estado, naquela conjuntura de efervescência da luta do proletariado. O fato de existirem moças da alta sociedade atuando junto aos trabalhadores, preocupadas com o seu bem-estar, poderia fazer com que estes apaziguassem a sua luta por direitos, ao ver a “preocupação” da burguesia para com as suas demandas.

Em 1937, foi fundada a segunda escola de Serviço Social do país, no Rio de Janeiro. Essa escola (denominada Escola de Serviço Social ou ainda, Instituto Social)

⁵ Como é possível ver em Carvalho e Iamamoto (2009), acreditava-se que os membros das classes subalternas possuíam um desvio moral. Desvio esse, inclusive, responsável pelas suas precárias condições de vida e pela luta cada vez mais articulada que vinham travando com a burguesia.

⁶ Correspondente ao atual ensino fundamental. Somente indivíduos das classes abastadas conseguiam atingir esse nível de escolaridade.

compôs, juntamente com a Escola de Educação Familiar, o Instituto de Educação Familiar e Social.

O Rio de Janeiro era, nessa época, a capital do país e conseqüentemente, uma cidade na qual se localizavam diversos órgãos da administração pública, muitos deles de cunho assistencial. Devido a isso, o processo de fundação de sua primeira escola de Serviço Social contou com uma maior participação do Estado, diferentemente da escola paulistana. Castro mostra claramente esse fato:

(...) no Rio de Janeiro, o processo constitutivo do Serviço Social desenvolveu-se segundo diversas variantes, provavelmente porque na capital do país estavam centralizadas muitas repartições públicas, sob cuja demanda se profissionalizou o Serviço Social. No Rio de Janeiro, a fundação das escolas foi patrocinada pelo Grupo de Ação Social (GAS), pela Escola de Enfermagem Ana Nery e pelo Juizado de Menores; entretanto, mesmo que as duas últimas instituições não estivessem sob a tutela da Igreja, as suas bases doutrinárias continuavam sendo a moral e os princípios religiosos católicos. (2000, p. 103)

Apesar dessa maior participação do Estado na criação de sua primeira escola dessa natureza, é possível notar muita semelhança entre o Serviço Social carioca e o paulista. As assistentes sociais cariocas, assim como as paulistanas, eram mulheres da alta sociedade, que tinham uma prática profissional bastante diversificada e individualizada, baseada no positivismo e nos princípios da doutrina cristã, que estiveram fortemente presentes em suas formações.

1.2- A influência norte-americana

Inspirados nas instituições de ensino do Rio de Janeiro e de São Paulo, diversos estados brasileiros passaram a fundar as suas próprias escolas de Serviço Social a partir de 1940, como relata Carvalho e Iamamoto:

No decorrer da década de 1940 surgem diversas escolas de serviço social nas capitais dos Estados (...). A maioria se formará sob a influência das duas primeiras, de origem católica, tendo em sua direção

ex-alunas dessas escolas formadas sob o regime de bolsas de estudo. (2009, p. 186)

O ano de 1940 também marca a fundação da primeira escola de Serviço Social masculina. Tal escola surgiu em São Paulo, recebendo o nome de Instituto de Serviço Social de São Paulo. Albernaz e Silva abordam o surgimento dessa instituição:

Em 1940 surge o Instituto de Serviço Social de São Paulo, outra escola de Serviço Social, só que destinada a homens e com a oferta de bolsas gratuitas, subsidiadas pelo Estado. Essa iniciativa partiu da necessidade de levar o trabalho social para os presídios masculinos, bem como para instituições de internação e correção de menores. (2001, p. 33)

Apesar de essa escola ter surgido a partir de uma demanda do Estado e portanto, ter contado com uma maior participação dele na sua formação (maior até que a participação ocorrida na implantação da primeira escola de Serviço Social carioca), o ensino nela promovido era caracterizado por uma forte presença de princípios da moral cristã, seguindo a tendência das outras instituições de ensino já existentes.

Mas, apesar disso, a fundação dessa escola teve uma grande importância no processo de mudança do perfil dos assistentes sociais: com ela, os homens também passaram a exercer essa profissão (embora ainda em pequena quantidade, nessa época) e cada vez mais os profissionais de Serviço Social deixaram de ser as damas da alta sociedade, para ser homens e mulheres que almejavam uma carreira profissional ou funcionários (as) públicos (as) que desejavam uma formação que lhes permitisse uma melhor atuação profissional. No início dessa mudança no perfil profissional, a classe média burguesa começou a ser quantitativamente significativa na profissão, depois, os assistentes sociais passaram a ser, predominantemente, membros das classes subalternas e do proletariado.

Além dessa mudança no perfil profissional, que começava a se processar a partir de então, outra transformação também começava a ocorrer no próprio Serviço Social, influenciada pelo intercâmbio cultural realizado entre Estados Unidos e Brasil.

Com o início da Guerra Fria e a intensa disputa entre Estados Unidos e União Soviética pela predominância de seus sistemas econômicos pelo mundo, este primeiro

país deu início a uma política de expansão de suas tendências econômica e cultural pela América Latina.

O Brasil, como não poderia deixar de ser, sentiu as conseqüências dessa expansão, tanto na sua economia (através do desenvolvimentismo, que será abordado adiante), como na sua cultura, por meio da introdução de diversos produtos estadunidenses no cotidiano dos brasileiros, bem como do próprio modo de vida dos norte-americanos, caracterizado por um forte consumismo.

Neste contexto, o Serviço Social sofre uma forte influência norte-americana. Pode-se dizer que as protoformas de tal influência datam de 1941, ano em que ocorreu o Congresso Internacional de Serviço Social, nos Estados Unidos. Setubal fala desse congresso e de suas conseqüências no Serviço Social do nosso país:

Outro elemento que promanou de tal política (política estadunidense de expansão de suas tendências econômica e cultural) e que veio marcar uma nova época na história do nascente Serviço Social brasileiro, foi o “intercâmbio cultural” que se iniciou com o Congresso Internacional de Serviço Social em Atlantic City (USA), em 1941. A partir desse ano, foram concedidas quatro bolsas de estudo nas universidades daquele país, sendo que três foram destinadas à Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, o então Instituto Social, e uma à Escola de Serviço Social de São Paulo. (1983, p. 116)

As assistentes sociais beneficiadas por essas bolsas foram, respectivamente: Maria J. R. Albano, em 1941, Maria Diniz Carneiro, em 1942, Balbina Ottoni Vieira, em 1943 e Maria Helena Correa de Araújo, em 1944. Ao regressarem ao país, elas mostraram aos seus colegas de profissão o quanto ficaram maravilhadas com o Serviço Social norte-americano e passaram a difundir seus princípios nos mais diversos meios profissionais que aqui existentes, inaugurando uma nova fase no Serviço Social brasileiro.

Influenciados pelo Serviço Social estadunidense, os assistentes sociais brasileiros sentiram uma grande necessidade de “cientificizar” o arcabouço teórico-metodológico que aqui era adotado e assim como os profissionais daquele país, passaram a se apoiar em determinadas teorias da Sociologia e da Psicologia para enriquecer e dar um caráter científico à teoria de que dispunham. Também passaram a fazer uso de um novo modelo

de atuação (que dividiu a atuação do Serviço Social em caso, grupo e comunidade) e de instrumentais (como a entrevista, o plantão, a triagem, dentre outros).

Das teorias sociológicas e psicológicas estudadas pelos assistentes sociais brasileiros e incluídas no arcabouço teórico de que dispunham, estão a psicanálise ⁷e as teorias estrutural-funcionalistas ⁸como as principais, o que mostra que o foco central continuou sendo o indivíduo, a necessidade de encontrar meios para enquadrá-lo na sociedade. A diferença é que os mecanismos que passaram a ser utilizados para isso, não mais se baseavam em princípios religiosos, mas em princípios de diferentes ciências, que buscam entender os sujeitos e a sociedade. Soares e Setubal mostram isso, respectivamente:

(...) sustenta sua interpretação do desenvolvimento como resultante das capacidades individuais e culturais, a partir de uma visão harmônica da sociedade, e concentrando-se no estudo do comportamento dos indivíduos, tendo o empirismo como tendência dominante, em que a atuação profissional exigiria ênfase na instrumentalização técnica, com a valorização do método, deslocando-se o eixo teórico de influência do neotomismo para pressupostos funcionalistas da sociologia. (2006, p. 17)

E também

O trabalho orientado por essas teorias (estrutural-funcionalistas e psicanálise, principalmente as primeiras) tinha como objetivo conseguir mudanças na personalidade do cliente, a partir de novas atividades e comportamentos. O indivíduo era visto como o elemento que deveria ser trabalhado, no sentido de ajustá-lo ao meio social e de fazê-lo cumprir bem seu papel no sistema vigente. (1983, p. 116).

Outra influência advinda do intercâmbio cultural com os Estados Unidos foi a adoção de uma nova metodologia, que dividia a atuação profissional em caso, grupo e comunidade. Raichellis fala da referida metodologia:

⁷ A psicanálise é, segundo Goodwin (2005), “um campo clínico e de investigação teórica da Psicologia desenvolvido por Sigmundo Freud, que se propõe à compreensão e análise do homem, compreendido enquanto sujeito do inconsciente” (2005, p. 23).

⁸ De acordo com Netto (2009), as teorias estrutural-funcionalistas, como a própria denominação sugere, são concepções a respeito da sociedade baseadas no funcionalismo, que defendem, portanto, a idéia de que esta é composta por partes (como a polícia, as escolas, os hospitais...), tendo cada uma delas uma importante função a cumprir na manutenção de sua estabilidade. Essas teorias experimentaram uma grande visibilidade no período compreendido entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã, tendo como seus principais seguidores antropologistas culturais e sociólogos rurais.

A partir da influência norte-americana, o Serviço Social alcança maior nível de sistematização teórica e técnica, avança no trabalho com indivíduos e famílias e consolida novas abordagens metodológicas, como o Serviço Social de Caso, o Serviço Social de Grupo e o Serviço Social de Comunidade, que passam a ser desenvolvidos nas instituições sócio-assistenciais em diferentes áreas, como saúde, habitação, educação, previdência social, etc. (2006, p.15)

Pode-se dizer que o Serviço Social de Caso (também chamado de Serviço Social com Indivíduos) já era adotado antes dessa fase de influência estadunidense, visto que, desde a sua implantação no Brasil até este período, o Serviço Social foi caracterizado por uma prática individualizada. Portanto, com relação a essa “modalidade” de Serviço Social, não houve grandes mudanças, haja vista que já era adotado, com princípios bastante parecidos aos encontrados no referido tipo de Serviço Social, que preconizava uma prática individualizada onde o foco era o enquadramento do sujeito, fazendo-se uso dos preceitos da Psicologia (notadamente da Psicanálise) e das teorias estrutural-funcionalistas da Sociologia.

Os principais autores do Serviço Social de Caso norte-americano foram Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton, cujas teorias referentes ao uso da Psicologia na promoção de mudanças de pensamento e comportamento dos indivíduos, foram bastante difundidas em território brasileiro.

O Serviço Social de Grupo representou, de fato, uma grande inovação na prática profissional dos assistentes sociais brasileiros e se caracterizava por reunir indivíduos que enfrentavam um mesmo problema, com o intuito de que pudessem resolver tal problemática, apoiando-se uns nos outros. Cabia ao assistente social dirigir esses grupos de pessoas, conduzindo os debates e lhes sugerindo atividades. Era uma atuação altamente psicologizante, que assim como o Serviço Social de Caso, tinha como objetivo o enquadramento dos indivíduos aos padrões da sociedade, como mostra Setubal:

O Serviço Social de Grupo era utilizado numa perspectiva educacional, na medida em que procurava fortalecer a personalidade individual, através da ênfase dada à capacidade de liderança, à tomada de decisão e ao aspecto psicossocial (elementos comuns ao Serviço Social de Casos). Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que os seus

protoobjetivos, como processo educativo, foram os de levar os indivíduos a se auto-desenvolverem (por meio de aquisição de habilidades que permitissem desempenhar, com êxito, o papel que lhes fora confiado pela sociedade) e se ajustarem às normas e valores morais vigentes naquele contexto social. (1983, p. 117)

O Serviço Social de Comunidade, assim como o de Grupo, também representou uma inovação e se caracterizava pela atuação em bairros, comunidades e pequenos municípios, ocorrendo sempre num grupo pequeno de pessoas, maior, no entanto, que o grupo com o qual se trabalhava na “modalidade” de Serviço Social abordada anteriormente. O trabalho com comunidades começou a ser implantado na segunda metade da década de 1940 e será abordado posteriormente.

Além da introdução desses modelos de atuação, a influência norte-americana ainda resultou no uso de novos instrumentais, com o objetivo de tornar mais técnica à prática profissional. Segundo Setubal:

(...) a penetração das teorias norte-americanas (funcionalistas) levaram o Serviço Social a adotar certas formalidades burocráticas como formulário, registro, processo, ofícios e outras, cuja utilização era justificada como exigência institucional, ao tempo que conduzia a uma modalidade de ação de aparência impessoal, neutra. (1983, p. 119)

O intercâmbio com o Serviço Social estadunidense causou uma inquietação nos assistentes sociais brasileiros, com relação à cientificidade do arcabouço teórico-metodológico de que dispunham. Tal inquietação acabou por impulsioná-los à negação dos princípios cristãos, que até então orientavam a sua formação e atuação profissionais. Mas, ao contrário do que é de se imaginar, essa negação não promoveu grandes mudanças no Serviço Social brasileiro, que continuou consonante aos interesses da burguesia, com uma atuação focada no enquadramento de seus clientes ao sistema. Reais mudanças só passaram a ser gestadas e consolidadas no Movimento de Reconceituação, abordada a seguir.

Capítulo 2- O Movimento de Reconceituação

A conjuntura da década de 1960, com todas as suas crises político-econômicas e com o despontamento de mobilizações diversas da sociedade civil que aconteceu no seu decorrer, é responsável pelo início de grandes transformações na dinâmica capitalista, assim como na moral da sociedade.

Foi nessa época que o Movimento Feminista⁹, por exemplo, ganhou força, com as suas militantes se mostrando cada vez mais para a sociedade, lutando pelos seus direitos e conquistando espaços tidos como exclusivamente masculinos. Também marca esse período, a forte presença de manifestações contrárias à excessiva rigidez moral da sociedade, promovidas principalmente por jovens (dentre as quais, podemos citar o Movimento Hippie ¹⁰ como uma das mais expressivas).

Também ocorreram, nesse contexto, manifestações de cunho político, contrárias a governos conservadores. Dentre elas, a Revolução Cubana se destacou, mostrando, “factualmente, que era possível um caminho de ruptura com o imperialismo dos Estados Unidos e o desenvolvimento socialista da sociedade” (Hobsbawn, 1995, p. 361).

⁹ É um movimento que defende a igualdade de direitos e status entre homens e mulheres. Alguns historiadores acreditam que o feminismo surgiu e se desenvolveu em três etapas ou “ondas”: a primeira teria se dado entre o final do século XIX e início do século XX, a segunda teria ocorrido entre as décadas de 1960 e 1970, impulsionada pelos movimentos contestatórios que caracterizaram esta primeira e a terceira teria se iniciado na década de 1990, se estendendo até os dias atuais. Entre o final do século XIX e início do século XX é que o Movimento Feminista teria surgido de fato, com as mulheres da Europa e dos Estados Unidos se mobilizando numa luta pelo seu direito ao voto. Com a onda de movimentos contestatórios típica dos anos 1960, é que o feminismo teria ganhado força novamente. Desta vez, as mulheres passaram a lutar pela sua libertação dos padrões societários vigentes, que as tratavam como inferiores aos homens, sem lhes garantir poder de decisão sobre as suas próprias vidas e corpos. Essa segunda onda do Movimento Feminista teria se iniciado na Europa e nos Estados Unidos, na década de 1960, vindo a se estender à América Latina a partir da década seguinte, influenciada pela expansão dos governos ditatoriais por esse continente. O avanço experimentado pelo feminismo durante esse período teria impulsionado a sua terceira onda, que se iniciou na década de 1990 e perdura até hoje. Tal estágio da mobilização feminista é caracterizado pela mesma bandeira de luta do estágio anterior, mas sendo permeado por teorias diversas, ocorrendo em todo o mundo e cada vez mais fortalecido, o que mostra um maior grau de evolução em relação aos demais.

¹⁰ Movimento surgido na década de 1960, nos Estados Unidos. Seus adeptos eram totalmente contrários aos padrões vigentes na sociedade da época (como repressão sexual, patriarcalismo, militarismo, autoritarismo, capitalismo, consumismo, alienação, dentre outros) e demonstravam isso no seu modo de vida, caracterizado por uma comunhão com a natureza, em comunidades onde se priorizava o coletivo e se produzia de maneira independente dos mercados formais. Foi um dos movimentos de contracultura mais conhecidos e influentes, sendo bastante popular nos anos 1960 e 1970.

No plano econômico, é possível notar, a partir da segunda metade dessa década, uma grave crise do padrão keynesiano/fordista de acumulação de capital¹¹, que teve como consequência o agravamento da questão social. O modelo keynesiano de Estado, bem como o padrão fordista de acumulação capitalista, passaram, então, a ser duramente questionados, o que fez imperar, na década seguinte, novos modelos de Estado e de acumulação de capital, conhecidos, respectivamente: pela forma neoliberal¹² de conceber a intervenção estatal e pelo regime de acumulação flexível¹³. Ambos foram responsáveis por aumentar ainda mais a severidade da questão social.

¹¹ Padrão de acumulação capitalista que prevaleceu em diversos países, no período compreendido entre 1945 e 1973. Como o próprio nome sugere, esse modelo de acumulação de capital foi caracterizado pela junção do fordismo e do keynesianismo. O fordismo consiste num modo de produção elaborado por Henry Ford na década de 1910. Tal modo de produção se caracteriza, dentre outras coisas, pela introdução da esteira rolante, que pôs fim na perda de tempo causada pelo deslocamento dos funcionários em direção ao produto que estava sendo elaborado: com a esteira, este vem aos trabalhadores, que não mais precisam se deslocar em sua direção, otimizando os resultados da produção. Também no fordismo, assim como ocorria no taylorismo, cada funcionário é responsável por apenas uma etapa do processo de produção, não havendo a necessidade de uma mão-de-obra qualificada. Mas, ao contrário deste, o modo de produção fordista não utiliza a repressão para promover o aumento da produtividade dos trabalhadores: em vez disso, usa o paternalismo. Ford ainda promoveu o aumento dos salários de seus empregados, pois queria que também eles tivessem acesso às mercadorias que produziam, já que além da produção de massa, também tinha o consumo de massa como intenção, pois de nada adiantaria uma larga produção se não tivesse mercado suficiente para consumi-la. O modo de produção fordista, apesar de ter surgido na década de 1910, só veio a se expandir de fato após a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, o Estado de Bem-Estar Social já vinha sendo largamente adotado, em decorrência da queda da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida em 1929: com esse evento e a crise econômico-social dele decorrente, o modelo de Estado que vigorava na época passou a ser criticado e o modelo elaborado pelo economista Keynes para superar o caos que se instalou, passou a ser adotado por várias nações a partir de então. O Estado de Bem-Estar Social se caracteriza por uma constante intervenção nos diversos setores da sociedade, de forma a garantir o bem-estar da população. Uma de suas principais características é a expansão da política social. O fordismo, ao se expandir após o conflito mundial, encontrou no Welfare State um aliado e juntos, promoveram um longo período de alargamento da acumulação capitalista, que só veio a cessar em 1973, com o choque do petróleo.

¹² É uma forma de gestão adequada do neoliberalismo, que, por sua vez, é uma doutrina econômica defensora da absoluta liberdade de mercado e de uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, acreditando que a intervenção do Estado só deve ocorrer em setores imprescindíveis, e ainda assim num grau mínimo. Tal modelo de Estado tem como características principais a redução drástica das políticas sociais e a expansão das privatizações. Passou a ser adotado amplamente a partir do primeiro choque do petróleo, em 1973.

¹³ Regime de acumulação de capital que começou a se expandir após a crise decorrente do choque do petróleo. Essa crise fez com que o padrão keynesiano/fordista de acumulação passasse a ser criticado e tido por muitos como ineficaz para lidar com aquela conjuntura caótica, no sentido de eliminar seus sérios problemas. Em decorrência de toda a crítica de que foi alvo, o padrão keynesiano/fordista de acumulação foi substituído pelo Estado neoliberal e pelo regime de acumulação flexível. Harvey descreve o padrão de acumulação flexível da seguinte forma: “a acumulação flexível, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. (David Harvey. A condição pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1992).

Ainda em relação ao plano econômico, se faz importante citar a disseminação do desenvolvimentismo¹⁴ na América Latina, promovida pelos Estados Unidos, através da concessão de apoio a regimes ditatoriais que atuavam nessa perspectiva. Tal disseminação ocorreu logo após a Segunda Guerra Mundial e tinha como objetivo a redução da vulnerabilidade dos países deste continente, para se evitar, assim, que eles se tornassem mais suscetíveis às influências da ideologia socialista, naquele contexto de Guerra Fria.

Todos esses acontecimentos e mobilizações exerceram uma forte influência no Serviço Social brasileiro, por dois principais motivos: desencadearam um agravamento da questão social e uma expansão considerável de movimentos de contracultura (que só não foi maior devido à ditadura instaurada nesse período), que ganharam, dentre seus militantes, muitos assistentes sociais.

No que diz respeito ao agravamento da questão social, o que se pode afirmar, é que este aumentou bruscamente a demanda direcionada aos assistentes sociais. Além desse aumento brusco na quantidade de usuários, os profissionais dessa categoria também tiveram que lidar com novas demandas, para o que não estavam preparados, dado o caráter arcaico do arcabouço teórico-metodológico de que dispunham.

Em relação à expansão dos movimentos de contracultura, podemos observar que, com ela, muitos profissionais da categoria passaram a se sentir influenciados pelas suas ideologias, passando a se aproximar e a se engajar nas suas causas, numa luta pela transformação da ordem vigente. O próprio perfil dos assistentes sociais dessa época já os tornava bastantes próximos de tais movimentos (já que, no período aqui abordado, esses profissionais eram, em sua maioria, oriundos das classes subalternas). Mas vale lembrar, que a articulação em torno da defesa dessas causas enfrentou sérias dificuldades a partir do golpe militar, mas nem por isso deixou de se fazer presente na sociedade. Passou um

¹⁴ Segundo Batista, desenvolvimentismo “é qualquer tipo de política econômica baseada na meta de crescimento da produção industrial e da infra-estrutura, com participação ativa do Estado, como base da economia, e o conseqüente aumento do consumo”. (Paulo Nogueira Batista Júnior. Nacionalismo e Desenvolvimento. São Paulo: CEBRAP- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Novos Estudos, 2007). A onda desenvolvimentista ocorrida na América Latina a partir dos anos 1960 foi impulsionada e subsidiada pelos Estados Unidos, que com isso, visava reduzir a vulnerabilidade dos países desse continente, numa tentativa de evitar que estes se deixassem influenciar pelos princípios do socialismo, que vinha se espalhando por alguns países naquela época, em que estava ocorrendo a Guerra Fria.

longo período na ilegalidade, enfrentando, por isso, inúmeras dificuldades, o que não impediu que deixasse de existir e ganhar cada vez mais adeptos.

É a partir desses acontecimentos e dessa influência sofrida por grande parte da categoria, que se desencadeará o chamado “Movimento de Reconceituação do Serviço Social”, o qual teve por objetivo a ruptura com o arcabouço teórico-metodológico que orientava a profissão até aquele momento. Konno mostra, com clareza e objetividade, no que consistiu esse movimento:

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social objetivou construir a crítica à profissão, aos seus pressupostos ideológicos, teóricos e metodológicos e à determinadas práticas profissionais. A partir da crítica, buscava-se uma referência distinta da qual orientava a profissão até então, desde de sua emergência, de cunho conservador, objetivando orientar e redimensionar o exercício profissional do Serviço Social. (2005, p. 03)

As ações em prol de uma ruptura com o conservadorismo no Serviço Social se iniciaram na América do Sul (mais precisamente no Brasil), expandindo-se pelo restante da América Latina logo em seguida, segundo Raichellis:

O Movimento de Reconceituação começou no Cone Sul da América Latina (no ano de 1965 se realizou o I Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social, em Porto Alegre) e se espalhou pelo resto do continente ao longo de aproximadamente uma década. (2006)

Esse movimento foi bastante heterogêneo, permeado por várias vertentes teórico-metodológicas. Dentre elas, Netto (1990) aponta três como sendo as que mais estiveram presentes nesse processo, que são: a modernizadora, a de re-atualização do conservadorismo e a de intenção de ruptura. A fim de tornar este trabalho didático e de fácil compreensão, tais perspectivas serão adotadas para explicar esse importante momento do Serviço Social brasileiro.

2.1- A perspectiva modernizadora

Essa perspectiva marcou a gênese do Movimento de Reconceituação, bem como a sua fase inicial, se estendendo de meados dos anos 1950 até meados dos anos 1970. Durante o período em que prevaleceu, ocorreram iniciativas em prol de uma reformulação da teoria e da prática do Serviço Social. Embora importantes, tais iniciativas foram bastante tímidas e logo interrompidas, devido ao autoritarismo do governo instaurado com o Golpe Militar de 1964.

Na época em que as protoformas da reconceituação se gestaram, o país tinha acabado de entrar na era desenvolvimentista, iniciada por Juscelino Kubitschek ¹⁵e seguida por Jânio Quadros¹⁶, por João Goulart¹⁷ e pelos militares, na época da ditadura¹⁸.

O Serviço Social sofreu uma considerável influência do desenvolvimentismo, nessa sua fase inicial de implantação (governos Kubitschek e Quadros). Tal influência pode ser vista, principalmente, nas primeiras experiências de Desenvolvimento de Comunidade (DC).

¹⁵ Visando promover o desenvolvimento da economia do país e fazendo uso do slogan “50 anos em 5”, JK, com o subsídio da economia estrangeira (notadamente a norte-americana) deu início à políticas desenvolvimentistas, relacionadas à infra-estrutura e à indústria do país. Ao final do seu governo, as indústrias de bens de consumo duráveis (principalmente as de automóveis) já eram muitas, assim como o número de estradas e outras estruturas importantes para o crescimento econômico de um país.

¹⁶ No pouco tempo em que ficou no poder, Jânio Quadros pôs em prática uma política desenvolvimentista diferente da adotada pelo seu antecessor. O desenvolvimentismo que adotou, é chamado por muitos historiadores de “desenvolvimentismo humanista”, já que visava o crescimento econômico, tendo como foco central, o homem. Para ele, era necessário o desenvolvimento pleno das capacidades do homem para que o desenvolvimento econômico fosse possível. Tal idéia, aproxima esse modelo de desenvolvimentismo do positivismo. Carvalho descreve com clareza os princípios do desenvolvimentismo humanista: “A preocupação central do que poderia ser caracterizado como projeto desenvolvimentista janista, estaria na formação de uma nação forte, com um povo forte e uma economia globalmente forte. Desse eixo central, decorre uma atenção especial ao social; a meta prioritária é o homem e não o crescimento econômico em si mesmo. “(...) O projeto janista propõe, enfim, um desenvolvimento harmônico e humano. Percebendo a causa da crise na crise moral e político-social, propõe soluções moralizantes, justiça social, solidariedade. Preocupado com a racionalidade, exige um planejamento democrático e a integração nacional. A vitória do janismo representa, assim, a colocação na ordem do dia de uma nova estratégia desenvolvimentista, que, mantendo os grandes eixos do crescimento econômico, passaria a centrar-se no homem, no pleno florescimento de suas capacidades, tudo dentro da ordem e do respeito à dignidade da pessoa humana” (IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 26. Ed. São Paulo: Lima (Peru): Cortez, Celats, 2009).

¹⁷ Goulart via o desenvolvimento social como fundamental para a ocorrência do desenvolvimento econômico, por isso para promover este último, se apoiou no chamado Programa de Reforma de Base, que visava o desenvolvimento do país em bases nacionalistas. Tal programa, previa a realização de importantes mudanças, como as reformas agrária, tributária (na qual o equilíbrio na cobrança de impostos seria estabelecido, com a elite pagando mais impostos que as classes menos abastadas), administrativa, bancária e educacional. Jango almejava ainda a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, a nacionalização de empresas estrangeiras e a aplicação da Lei de Remessa de Lucros (que deveria diminuir a “fuga” de divisas para o exterior, sob a forma de lucros auferidos por empresas estrangeiras no Brasil). As mudanças que este presidente almejava, não condiziam com os interesses das elites do país. Bastante insatisfeitos, os setores abastados da sociedade se articularam numa resistência ao seu governo. No dia 1º de abril de 1964, a elite do exército brasileiro, com o apoio estratégico dos Estados Unidos, realizou um golpe, que tirou Jango do poder.

¹⁸ O desenvolvimentismo, posto em prática pelos militares, foi impulsionado e subsidiado pelos Estados Unidos. Portanto, se constituiu em um desenvolvimentismo subordinado aos interesses da economia internacional. Com o subsídio norte-americano, os militares promoveram uma das fases de maior crescimento econômico já experimentado pelo país: o chamado “milagre econômico”. O “milagre econômico” é caracterizado por um extraordinário crescimento da indústria brasileira, bem como o desenvolvimento de sua infra-estrutura e aceleração do processo de urbanização. Porém, todo esse crescimento econômico favoreceu apenas uma pequena parcela da população brasileira, enquanto para a

O DC tinha por objetivo a promoção de melhorias em uma determinada comunidade (um bairro, um pequeno município ou qualquer outro conjunto de pessoas, em uma quantidade não muito grande), contando com a participação consciente de seus membros. Cavalcanti e Miranda abordam, com precisão, os objetivos do DC:

(...) se propunha a conduzir a melhoria nas condições imediatas do meio, contando, para tanto, com a participação dos grupos como co-participantes na execução dos projetos e das atividades, unidos pelo bem-comum, porém deslocados de suas elaborações e proposições (...). Tais intervenções buscaram criar um padrão ético-moralizador do trabalhador e de sua família, ajustando o mesmo à ordem capitalista monopolista. (2005, p. 06)

O contato com membros de diversas comunidades através do DC, nessa conjuntura marcada pela efervescência de vários movimentos sociais (que tinham como militantes, muitos sujeitos dessas comunidades com as quais os assistentes sociais trabalhavam), fez com que um contingente considerável de profissionais da categoria passasse a questionar a ordem societária e o próprio arcabouço teórico-metodológico do Serviço Social, que na época atuava a favor dos interesses da classe dominante.

Anos mais tarde, muitos assistentes sociais foram influenciados pela chamada “Teologia da Libertação”: com o agravamento da questão social, decorrente do desenvolvimentismo adotado pelo governo militar, alguns setores da Igreja Católica deram início a um movimento de repúdio à classe que estava no poder, à forma como estava conduzindo a sociedade. Com relação a esse movimento cristão e à influência que exerceu sobre uma quantidade significativa de profissionais do Serviço Social, Carvalho e Iamamoto fazem uma interessante observação: “por paradoxal que possa parecer, o rompimento de parcela do meio profissional com a tradição conservadora da instituição partirá essencialmente, do interior do próprio movimento católico” (Carvalho e Iamamoto, 2009, p. 361).

sua maior parte, restou apenas o ônus desse processo. Essa fase de grande desenvolvimento econômico começou a apresentar seus primeiros sinais de desgaste a partir de 1978, e com isso o poderio militar foi enfraquecendo, já que era este crescimento, um de seus principais pilares de sustentação. A progressiva decadência desse crescimento econômico provocou o fim do regime ditatorial, em 1985.

Alguns desses assistentes sociais que foram influenciados pelas ideologias de contracultura e pela “Teologia da Libertação”, começaram a explicitar, por meio de críticas, a sua discordância em relação à teoria e à prática adotadas pelo Serviço Social da época. Tais críticas, que vinham sendo proferidas individualmente, foram expressas em grupo pela primeira vez, no ano de 1964, como mostra Setubal:

(...) em janeiro de 1964, com a realização do Encontro da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), Região Nordeste, ocorreu a primeira manifestação grupal de crítica ao Serviço Social tradicional e ensaios de reconceitualização. (1983, p. 121)

Essas opiniões foram novamente explicitadas em caráter grupal no ano seguinte, no I Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social (realizado em Porto Alegre), considerado o marco inicial do Movimento de Reconceitualização na América Latina.

Porém, todo esse movimento que vinha se desenrolando, acabou por sofrer uma desaceleração, em decorrência do Golpe Militar de 1964, que deu início à ditadura mais autoritária e violenta que o país já experimentou. Tal ditadura, representou uma tentativa da autocracia burguesa de consolidar o sistema capitalista, que vinha sendo ameaçado por um conjunto de movimentos contraculturais, que ganhou força nessa época, conforme já abordado. A expansão desses movimentos de contracultura, que se tornou ainda mais visível com a chegada de João Goulart ao poder, fez com que a burguesia se sentisse demasiado ameaçada em seus anseios, fazendo-lhe apoiar uma atitude mais radical, representada pelo golpe que pôs fim ao governo desse presidente, dando início a uma era desenvolvimentista, onde a repressão violenta às manifestações contrárias foi uma constante, numa clara tentativa de se evitar a ameaça de implantação do socialismo em nosso território.

Por se tratar, então, de um período caracterizado por governos radicais, seguidores desse intuito de consolidação da ordem capitalista, é de se imaginar que os avanços conquistados pelo Movimento de Reconceitualização, até aquele momento, experimentaram um retrocesso. Mas esse retrocesso não foi fatal: a reconceitualização continuou a acontecer, apesar de todas as dificuldades. Ainda no início do regime ditatorial, é possível notar a predominância dos interesses da corrente modernizadora desse movimento e, ao longo

dele, também ocorreram avanços significativos, impulsionados por um claro movimento de controle da sociedade, de parte da classe que estava no poder, para manter-se nessa condição.

Esses avanços são representados, por exemplo, pela expansão da política social, que atingiu níveis nunca antes alcançados: desconsiderando o período pós- Constituição de 1988, foram nos anos da ditadura que o nosso país mais viu crescer a sua política social, com a criação de benefícios e aparatos institucionais os mais diversos para lhe subsidiar, ainda que contraditoriamente ligados e atrelados aos interesses ditatoriais. Com isso, o mercado de trabalho dos assistentes sociais cresceu a olhos vistos, sendo esse crescimento, acompanhado pela inserção da profissão no meio acadêmico, o que a fez ganhar um caráter científico e laico.

Portanto, como se pode perceber, apesar de as perdas terem se tornado comuns durante a ditadura, não foram somente elas que caracterizaram essa fase de nossa história: a categoria também experimentou alguns avanços. A já citada prevalência dos interesses da perspectiva modernizadora da reconceituação nos primeiros anos desse capítulo da trajetória brasileira é mais um exemplo disso. Essa prevalência se manteve a custa de muitas dificuldades, mas conseguiu se sustentar no período aqui abordado e o Código de Ética Profissional, aprovado em 1965, é a personificação disso.

O primeiro Código de Ética da categoria data de 1947 e seguiu as tendências do Serviço Social daquela época. Portanto, é caracterizado pela presença de princípios positivistas e tomistas e pela defesa de uma prática profissional politicamente neutra. Cavalcanti e Miranda mostram isso claramente:

Consonante à defesa do status quo e enfocando uma educação moralizadora que objetivava superar os desajustes individuais, o primeiro Código de Ética da profissão, datado de 1947, caracterizou-se por seu aspecto normativo e conservador vinculado ao pensamento católico, bem como por uma visão da profissão como algo homogêneo. (2005, p. 07)

Em decorrência de toda essa mobilização que vinha ocorrendo no meio profissional, tal código passou por modificações, que resultaram na aprovação de outro, em 1965. No Código de Ética Profissional de 1965, é possível encontrar princípios

progressistas coexistindo com princípios tradicionalistas (com a prevalência destes últimos). Dentre os princípios progressistas, encontramos a defesa da democracia e do pluralismo na atuação profissional, além do reconhecimento da existência de uma categoria heterogênea¹⁹. Dentre os princípios tradicionalistas, estão a presença do neotomismo como norteador da prática, bem como a defesa de uma neutralidade política da categoria. Cavalcanti e Miranda sintetizam muito bem os princípios desse código:

Em meio à repressão política implantada pela ditadura, o Código de Ética de 1965 pautou-se na defesa da família, na integração entre as classes mediante o estabelecimento de uma ordem justa e solidária que propunha o desenvolvimento harmônico e manteve o moralismo e o conservadorismo do código anterior, porém sob as bases neotomistas; nele, reforça-se o aspecto de profissão liberal do Serviço Social e paradoxalmente, há a configuração de espaço para o pluralismo e a defesa de uma atuação imparcial. (2005, p. 08)

Além da aprovação de um novo Código de Ética Profissional, outra iniciativa importante marcou esse período: o chamado “Método BH”, que foi desenvolvido entre os anos de 1972 e 1975, pela Universidade Católica de Minas Gerais (PUC- MG). Ao contrário de outras iniciativas típicas dessa época, tal método se opôs claramente ao positivismo, tomando como base a dialética, o que o caracterizou como um significativo progresso. Vale ressaltar que a elaboração desse modelo de atuação se deu de maneira isolada, sem o conhecimento e apoio de assistentes sociais de outras regiões do país.

O referido método foi elaborado a partir de uma experiência realizada em dois bairros operários de Belo Horizonte e sua aplicação consistia, segundo Soares, no seguinte:

¹⁹ Tão logo se deu a emergência dos primeiros sinais de insatisfação com o tradicionalismo no Serviço Social, por parte de um contingente considerável de assistentes sociais, a parcela conservadora da categoria tratou de difundir o mito da homogeneidade no meio profissional, com o qual divulgou a idéia de que os assistentes sociais brasileiros tinham, em sua maioria, as mesmas opiniões, sendo essa categoria, portanto, caracterizada por uma homogeneidade em suas idéias acerca da teoria e da prática adotadas na profissão. A difusão desse mito consistiu numa tentativa de negar a existência de uma corrente progressista no Serviço Social e de não dar voz e espaço aos seus integrantes. O reconhecimento da heterogeneidade que existia entre os profissionais dessa categoria pode ser considerado, portanto, um significativo avanço, pois com ele, os assistentes sociais progressistas passaram a “existir” de fato, vindo a conquistar um certo espaço para defender suas idéias.

A aplicação prática desse método seguia em termos gerais um processo, em três grandes momentos: sensível; abstrato; e racional ou científico. Assim, o processo seguia esta sequência: o primeiro momento, o momento sensível, se materializava no contato sensível com a população; logo o momento abstrato, que se manifestava na formação de grupos de discussão sobre os diversos problemas identificados (com efeito, os elementos isolados de uma determinada totalidade social, são abstrações dessa realidade); e finalmente, o momento racional ou científico, momento de síntese, quando os trabalhos dos diversos grupos se sintetizavam em reuniões plenárias. No final deste processo, esperava-se conseguir a produção de novos conhecimentos, o que, evidentemente, não aconteceu. No final do processo só tinha se conseguido sistematizar o senso comum, portanto, não tinha sido possível sair do empirismo, daquilo que já era conhecido pela população e os pesquisadores. (2006, p. 19)

Além do empirismo citado por Soares, esse método apresentou outras falhas, que o impediram de se firmar como estratégia de ação dos profissionais que o elaboraram. Dentre essas falhas, podemos citar a dificuldade de renovação teórica (que era algo esperado no processo), que teve como consequência, na conclusão do experimento, a ausência de um enriquecimento das referências teóricas, a partir da sistematização da prática. Soares aponta, ainda, outros equívocos presentes nessa tentativa de elaboração de uma nova metodologia:

(...) As principais críticas são: empirismo, formalismo e marxismo sem Marx (...). Empirismo: de fato, não se conseguiu sair do senso comum, ou seja, do momento sensível, já que para sair deste, é necessário realizar uma crítica teórica a esse senso comum (passar ao plano dos discursos, diria Habermas). O mergulho no senso comum não produz novos conhecimentos (...). Formalismo: aqui, confundiu-se o movimento da realidade com o movimento do pensamento. O processo de abstração-concreção é o caminho que percorre o pensamento para se apropriar intelectualmente da realidade, mas esse não é o caminho que a própria realidade percorre para alcançar a sua forma atual. Uma coisa é o caminho do pensamento (o método) e outra, é o próprio movimento da realidade. No Método BH, procurou-se que a realidade se encaixasse na lógica do pensamento, daí o seu formalismo (...). Em suma: marxismo sem Marx. Isto tanto por causa do ambiente político hostil ao pensamento crítico nesse momento de ditadura, que tornava difícil o acesso à bibliografia crítica, como também ao déficit cultural dos próprios autores da proposta. (2006, p. 20)

Como se pode perceber, essa fase inicial da reconceituação não foi bem sucedida no seu intento de ruptura com o tradicionalismo, pois a corrente modernizadora, apesar de experimentar uma certa prevalência de seus interesses, não conseguiu alcançar grandes avanços para que isso fosse possível, o que se deve, em grande parte, ao regime ditatorial instaurado após o Golpe Militar de 1964.

2.2- A perspectiva de re-atualização do conservadorismo

O ano de 1975 pode ser considerado o marco inicial da fase em que a vertente de re-atualização do conservadorismo começou a imperar, apesar de terem ocorrido iniciativas nos anos 1967 (Seminário de Araxá) e 1970 (Seminário de Teresópolis) em que essa perspectiva dominou. Durante o período em que tal vertente prevaleceu, podemos encontrar “um esforço na tentativa de adequação do Serviço Social enquanto instrumento interventivo junto ao arsenal de técnicas operacionalizadas nas estratégias de desenvolvimento capitalista” (Soares, 2006, p. 13).

O Código de Ética Profissional de 1965 passou a ter muitos de seus princípios questionados, o que culminou na aprovação de um novo Código de Ética, em 1975. Tal código, de cunho conservador, foi responsável por um retrocesso no Movimento de Reconceituação, já que negou as poucas conquistas alcançadas até aquele momento. Sua aprovação ocorreu como consequência de uma mobilização realizada pela corrente conservadora da profissão, que cada vez mais se incomodava com os avanços que a vertente progressista vinha alcançando. Os assistentes sociais da corrente conservadora foram privilegiados pela realidade política do país, e foi justamente por causa dela, que viram os seus interesses prevalecerem durante esse período da reconceituação.

O Código de Ética de 1975 foi, conforme já citado, um meio encontrado pela parcela conservadora da categoria para barrar os avanços alcançados até então pela corrente progressista. Portanto, o conservadorismo se fez fortemente presente nesse documento. Nele, os poucos princípios progressistas encontrados no código anterior (tais como a primazia pela democracia e pelo pluralismo na prática profissional; e o reconhecimento de uma categoria heterogênea) foram negados, somando-se a isso, a presença de princípios extremamente conservadores. Um deles, talvez o mais

conservador de todos, é a defesa da família, que se constituiu, inclusive, no seu foco central. A obrigação de defender a família implicava, muitas vezes, atitudes conservadoras, como a atuação contrária ao divórcio e favorável à supremacia do homem sobre a mulher. Novamente, Cavalcanti e Miranda mostram, de maneira objetiva, as principais determinações desse código:

As discussões sobre um método único de intervenção com diagnóstico/tratamento/avaliação que re-atualiza o projeto profissional conservador, visão liberal da intervenção social embasada no esforço individual –a liberdade é subjetivada- marcaram a década de 1970 e o Código de Ética de 1975 será norteado pela permanência da moral acrítica, a neutralidade e pela ideologia estrutural-funcionalista que defende o bem-comum, a ordem e a coesão social. (2005, p. 08).

Impulsionados pelas idéias surgidas ao longo deste período de mobilizações por uma ruptura com o Serviço Social tradicional, os assistentes sociais nele engajados (nas diversas correntes teórico-metodológicas existentes) se reuniram algumas vezes para discuti-las. Dentre essas reuniões, podemos citar os seminários de Araxá (ocorrido em 1967) e de Teresópolis (ocorrido em 1970). Mas, ao contrário do almejado desde o início da reconceituação, não é possível encontrar, nos documentos originados a partir das discussões ocorridas em tais seminários, um avanço significativo, já que, também neles, houve a prevalência dos interesses da vertente de re-atualização do conservadorismo.

O Seminário de Araxá se constituiu no primeiro grande encontro de assistentes sociais realizado em território nacional, na época da reconceituação. Ocorreu com o objetivo de se discutir a teoria e a prática do Serviço Social (principalmente a primeira) vigentes naquela época e reuniu assistentes sociais de todo o país.

No documento gerado a partir deste seminário (Documento de Araxá), podemos encontrar alguns princípios progressistas, porém os princípios conservadores prevalecem. Nele, está presente uma ênfase na moral como necessária para se compreender a questão social (ou seja, os sujeitos que enfrentavam problemas como a pobreza e o desemprego, por exemplo, eram culpabilizados pela sua situação, pois se acreditava que haviam desvios morais em seus comportamentos que os levavam a essa realidade), conseqüentemente, há a preconização de uma atuação voltada para o ajustamento do indivíduo à sociedade, que se daria com a participação consciente deste.

Contraditoriamente, também se fazem presentes uma orientação para que o assistente social não julgue seus “clientes” e princípios advindos da Declaração Universal dos Direitos Humanos²⁰.

Não muito mais tarde, ocorreu o Seminário de Teresópolis, que assim como o de Araxá, reuniu assistentes sociais de diversas localidades do país, a fim de se discutir a teoria e a prática vigentes no Serviço Social (mas desta vez, uma ênfase maior foi dada à prática). Assim como o evento anterior, deste também foi originado um documento, o “Documento de Teresópolis”.

Em tal documento, se encontra uma crítica à metodologia que era adotada na época (investigação/diagnóstico/intervenção), mas não há nenhuma proposta de uma nova metodologia que poderia ser aplicada, encontrando-se apenas sugestões para que haja mais estudos e produções científicas a esse respeito. Portanto, o “Documento de Teresópolis”, assim como o de Araxá, também não apontou uma ruptura com o conservadorismo.

Não se pode deixar de citar a aproximação da teoria fenomenológica²¹, ocorrida nesse período da reconceitualização. A vertente de re-atualização do conservadorismo tinha a intenção de apenas dar uma nova roupagem ao Serviço Social tradicional: apesar de recusar os padrões teórico-metodológicos positivistas, recusava, também, um diálogo com o pensamento crítico-dialético, propondo uma atuação baseada numa intervenção de ajuda psicossocial, o que a fez se aproximar da Fenomenologia, como aponta Soares:

²⁰ Documento aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, com a intenção de se evitar uma nova barbárie, tal como a ocorrida na Segunda Guerra Mundial. Tal documento é baseado em princípios libertários e preconiza o respeito à integridade física, psicológica, moral e espiritual de todo e qualquer ser humano, devendo ser adotado por todas as nações do mundo.

²¹ A Fenomenologia é um ramo da Filosofia que se propõe a estudar os fenômenos, sendo tal estudo baseado na relação existente entre o ser e a consciência. Seu precursor é Edmund Husserl. Segundo Cobra, “a Fenomenologia tem como objeto de estudo o próprio fenômeno, isto é, as coisas em si mesmas e não o que é dito sobre elas. Assim sendo, a investigação fenomenológica busca a consciência do sujeito através da expressão das suas experiências internas. A Fenomenologia busca a interpretação do mundo através da consciência do sujeito, formulada com base em suas experiências. O método fenomenológico consiste em mostrar o que é apresentado e esclarecer este fenômeno. Para a Fenomenologia, um objeto é como o sujeito o percebe, e tudo tem que ser estudado tal como é para o sujeito e sem interferência de qualquer regra de observação, cabendo a abstração da realidade e perda de parte do que é real, pois tendo como objeto de estudo o fenômeno em si, estuda-se, literalmente, o que aparece. Para a Fenomenologia, um objeto, uma sensação, uma recordação, enfim, tudo tem que ser estudado tal como é para o espectador” (COBRA, Rubem Q. *Fenomenologia*. Filotemas, Site www.cobra.pages.nom.br, Internet, Brasília, 2001, rev. 2005).

(...) (a vertente de re-atualização do conservadorismo) reivindica a relação cara a cara no espaço microssocial (assim, a reivindicação da entrevista e do princípio da autonomia). Nesta perspectiva, coloca-se a temática da inter-subjetividade, do diálogo, ou seja, da linguagem, como instrumento de trabalho. A transformação social é entendida como crescimento da pessoa (de ser a ser-mais), e o objeto de intervenção profissional é caracterizado como “situação existencial problema” (SEP). Busca, através de uma linguagem simplificada, e portanto, empobrecida da Fenomenologia, criticar o positivismo no Serviço Social, negando a separação (ou o dualismo) sujeito-objeto (...). Portanto, os principais traços desta perspectiva são: a compreensão do Serviço Social como a ajuda psico-social; o diálogo como instrumento de trabalho; a transformação social, entendida como ser-mais; e o objeto de intervenção profissional como “situação existencial problema”: SEP, o problema vivenciado pelo usuário (...). Neste quadro, a Fenomenologia surge como uma proposta de busca de uma nova fundamentação racional para o conhecimento científico que supere o dualismo sujeito social-objeto natural, próprio da ciência positivista... (2006, p. 23)

Apesar do retrocesso decorrente da prevalência dos interesses da corrente de re-atualização do conservadorismo, ocorreram também, nesse período da reconceituação, acontecimentos que podem ser considerados favoráveis à intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, como a inserção deste no meio acadêmico, por exemplo. Paradoxalmente, foi na época da ditadura militar que o Serviço Social se inseriu na universidade: com o agravamento da questão social, decorrente de sua política desenvolvimentista, o governo ditatorial passou a recorrer cada vez mais à política social, para evitar o enfraquecimento de seu poder. Essa expansão progressiva da política social ampliou o mercado de trabalho do assistente social, bem como a importância desse profissional na sociedade, culminando na inserção do Serviço Social no ensino superior.

Com sua inserção no âmbito acadêmico, o Serviço Social se tornou laico, ganhou um caráter científico e maior status na sociedade, segundo Behring e Boschetti. Tal inserção foi benéfica não só para o Serviço Social vigente na época, mas para o próprio Movimento de Reconceituação, em decorrência da natureza do meio acadêmico, caracterizado pela realização constante de estudos, pesquisas e debates, no sentido de uma contínua renovação teórico-metodológica. Devido a essa natureza, grande parte das discussões e estudos realizados no processo de reconceituação, a partir de então,

ocorreram nesse meio. Além de ser um ambiente onde as pesquisas, estudos e debates são uma constante, as universidades eram, nesse período, locais onde ainda era possível encontrar um mínimo de liberdade, pelo próprio caráter dessas instituições.

Muitos dos estudos e debates que começaram a ser realizados nas universidades brasileiras foram voltados a uma reformulação do arcabouço teórico-metodológico vigente no Serviço Social, por meio de uma aproximação da teoria marxista. Mas os esforços empreendidos em tal aproximação, não tiveram resultados tão satisfatórios nesse período, o que se deve a vários motivos, sendo o principal deles, a superficialidade que caracterizou essa aproximação inicial.

Tal superficialidade se explica pela ausência de aprofundamento teórico dos profissionais que se propuseram a realizar essa aproximação, bem como (e principalmente) pelo contexto ditatorial, que inviabilizou o acesso a um conjunto importante de obras e documentos. Os acadêmicos tiveram acesso a poucas obras, sendo a maioria delas, de autores marxistas que não conseguiram apreender de fato o pensamento de Marx. Dentre esses autores, o que teve mais influência naquele momento, foi Althusser.

A teoria althusseriana se baseia na idéia de que o Estado é composto de aparelhos, responsáveis pelo seu funcionamento, que são: os aparelhos repressores de Estado (AREs) e os aparelhos ideológicos de Estado (AIEs). Ambos atuam para manter a classe dominante no poder, ou seja, atuam na manutenção do status quo.

Os AREs seriam as instituições que exercem uma coerção direta, como a polícia, as forças armadas e o restante do aparelho judiciário, por exemplo. Mas, como nenhuma ordem societária sobrevive apenas à base de violência, o Estado também se vale dos AIEs para conformar as classes dominadas ao sistema. Os AIEs exercem uma coerção indireta, que normalmente não é sentida, porque é ideológica. Como exemplo, podemos citar a mídia e as escolas, que exercem uma forte influência nos comportamentos e pensamentos das pessoas.

Com base no pensamento althusseriano, muitos assistentes sociais da corrente progressista, passaram a recusar a atuação profissional nas instituições (visto que todas elas, de acordo com Althusser, estariam atuando em prol dos interesses da burguesia), indo atuar, de maneira independente, em movimentos sociais e comunidades diversas,

numa prática que beirava o militantismo. Como exemplo dessas práticas bastante próximas da militância, podemos citar as ações de cunho educativo que esses profissionais passaram a realizar, numa tentativa de conscientizar os sujeitos dos quais se aproximaram, para que, conscientes da cruel exploração a que estavam submetidos, estes pudessem se organizar em movimentos contrários à ordem vigente, movimentos que se tornariam cada vez mais fortes e bem articulados.

A teoria de Althusser é caracterizada por uma análise demasiado superficial da sociedade: ao dividi-la em classe dominante (mostrando os mecanismos de que dispõe para se manter no poder) e classe dominada, ela subestima esta última, como se os seus atores sociais fossem completamente passivos à dominação a que são submetidos, como se todos fossem seres não pensantes, que não refletem a respeito da sua realidade, que não a contestam. Isso faz com que tal teoria caia num fatalismo semelhante ao que podemos encontrar no funcionalismo: o de que uma mudança no status quo não é possível. Portanto, Althusser, nesse seu pensamento, apresenta uma “perspectiva estruturalista e uma tendência positivista” (Barroco, 2009, p. 65).

Como se pode perceber, nessa fase da reconceituação, quase não é possível encontrar avanços em direção à ruptura com o tradicionalismo, já que ela “foi a expressão da renovação profissional adequada à autocracia burguesa” (Netto, 1990, p. 70). Mas não podemos deixar de ressaltar a sua importância, pois foi ela (e não somente ela, mas o Movimento de Reconceituação, como um todo), com todas as suas falhas, que impulsionou o aprimoramento dos debates posteriores, dando origem ao que hoje é conhecido como “Serviço Social crítico”, como mostra Netto:

(...) É este “Serviço Social” crítico, ele mesmo diferenciado, marcado por polêmicas e debates internos, diversificado teoricamente e ideologicamente plural que, no Brasil contemporâneo, expressa o espírito da Reconceituação e não há nenhum exagero em afirmar que, sem o movimento dos anos 1960/1970, tal Serviço Social não existiria (2005, p. 18).

Além de ter impulsionado esses avanços que ocorreram logo em seguida, a Reconceituação, pelo espírito de inquietação que acabou por semear na categoria, continua a incitar debates e promover avanços, ainda de acordo com Netto:

(...) A existência deste “Serviço Social crítico”-que hoje implementa o chamado projeto ético-político- é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo: é a prova de que, quarenta anos depois, a Reconceituação continua viva (2005, p. 18).

2.3- A perspectiva de intenção de ruptura e o Serviço Social na atualidade

No período compreendido entre o final da década de 1970 e meados da década de 1990, houve a predominância da corrente que primava pela ruptura com o Serviço Social tradicional.

Essa predominância foi favorecida pela pactuação ocorrida pelo alto, que levou à distensão da ditadura militar, a partir de 1978, diante da crise que este regime passava. Somente com tal abertura, foi possível uma aproximação mais aprofundada da teoria marxista, já que o acesso às obras essenciais para isso, só foi se tornando viável a partir de então. Também vale ressaltar, que as manifestações populares tiveram a sua importância para a prevalência dessa perspectiva da reconceituação nesse período: o fortalecimento de movimentos sociais e manifestações populares diversos, decorrente da abertura política, acabou por influenciar muitos assistentes sociais, que estando de acordo com os seus ideais, passaram a lutar junto com seus militantes pela re-democratização do país e pelo reconhecimento de vários direitos, vindo a integrar a vertente progressista, fortalecendo-a. Soares relata as principais consequências dessa conjuntura de redemocratização do país, no Serviço Social:

A partir de 1978 (período pós-“milagre”), caracterizado pela queda do crescimento econômico e o retorno ao processo inflacionário, preconiza-se uma abertura do regime, o que foi se dando pela pressão da população, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, operariado e instituições da sociedade civil, e como estratégia de sobrevivência do próprio regime. É somente nesse contexto que se pode dizer que segmentos do Serviço Social, no Brasil, começam a assumir a perspectiva dialética de reconceituação. Com o avanço da crise da ditadura, esta perspectiva tem maior desenvolvimento nos meios acadêmicos, passando a qualificar o debate acadêmico e político da

profissão, adensando-se somente na década de 80 (...). A partir da década de 80, a profissão sente a necessidade de acompanhar o processo de transformações sociais, políticas e econômicas do mundo contemporâneo e da própria realidade brasileira. (2006, p. 29)

O primeiro grande sinal de que a categoria estava trilhando um caminho em direção à ruptura com o conservadorismo, veio com a ocorrência do que ficou conhecido como “Congresso da Virada”. No ano de 1979, o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS- hoje CFESS), promoveu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, na cidade de São Paulo. Tudo estava preparado para a realização desse evento quando, antes do seu início, a bancada de honra que lhe integrava (formada por autoridades governamentais) foi destituída, sendo seus membros, substituídos por líderes de sindicatos e movimentos sociais. Pelo grande avanço que representou, ficou conhecido como “Congresso da Virada”. Raichellis fala desse evento:

O mais emblemático desses eventos (eventos realizados nessa época), ocorreu no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, em 1979, que passou a ser identificado como o “Congresso da Virada”, quando a sua organização conservadora sofreu forte questionamento e os convidados oficiais, representados pelas autoridades do regime militar, foram destituídos da comissão de honra e substituídos por dirigentes de movimentos sindicais e populares, entre os quais Luís Inácio Lula da Silva.(2006).

Dentre as temáticas presentes nas discussões ocorridas no Congresso da Virada, estava a elaboração de uma nova proposta curricular para o processo de formação de novos profissionais. Essa proposta foi levada adiante nos anos posteriores, culminando na aprovação de um novo Currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social, em 1982. Os novos padrões estabelecidos para a formação acadêmica são consonantes aos princípios da teoria marxista (mas não por completo, porque ainda nesse período, é possível notar falhas na aproximação do pensamento de Marx, que só serão completamente superadas na década de 1990). Konno mostra, em maiores detalhes, esses padrões:

(...) Assim são colocadas as bases para o debate do projeto de formação profissional, processo que culmina com a aprovação do Novo Currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social em 1982 (...). Temos, a partir de uma reflexão crítica, o projeto de formação profissional de Serviço

Social, construído e implantado pela categoria na década de 1980, que buscava a ultrapassagem da visão endógena da profissão e da vida universitária, almejando historicizar o debate com uma visão crítica, identificando as particularidades do Serviço Social (...). A fundamentação teórica que orientou o currículo de 1982, é a teoria social de Marx (com limites, diante da apreensão equivocada da mesma), assim, buscou-se articular teoria, história e metodologia substituindo as disciplinas do Serviço Social de caso, grupo e comunidade. Apresentou a compreensão de que a realidade é dinâmica, e que devia ser compreendida a partir do movimento da história, porém era contraditório, pois na disposição das disciplinas em teoria, história e metodologia, reproduziu a compreensão da distinção entre teoria e prática. O que se verifica no currículo de 1982 é a inexistência de uma lógica histórica no processo de formação profissional pela disposição das disciplinas de forma particularizada, de Teoria e Metodologia e História do Serviço Social, somada à dicotomia entre teoria e prática, disposta nas ementas das disciplinas. (2005, p. 07)

Para além dos demais eventos realizados nessa época, se faz importante salientar dois: os seminários realizados em Sumaré e Alto da Boa Vista, em 1978 e 1984, respectivamente.

O seminário ocorrido em Sumaré reuniu dois grupos de assistentes sociais (um do Rio de Janeiro e outro de São Paulo), que realizaram discussões separadamente. As temáticas presentes nessas discussões acabaram por externar uma preocupação com a cientificidade do Serviço Social e o documento gerado a partir de tais debates é conhecido como “Documento do Sumaré”.

Nos debates realizados pelo grupo de profissionais do Rio de Janeiro, o tema mais abordado foi o objeto do Serviço Social: sua delimitação e compreensão. Já os assistentes sociais paulistas, além do objeto do Serviço Social, discutiram outras questões contemporâneas, como a integração entre teoria e prática.

Nesse evento, também foi discutido o método dialético (discussão essa permeada por algumas falhas e lacunas, características da apropriação da teoria marxista ocorrida naquela época), assim como a Fenomenologia e sua aplicação.

Já o Seminário do Alto da Boa Vista, reuniu apenas assistentes sociais paulistas e ocorreu com o objetivo de se discutir as determinações contidas nos documentos que foram gerados a partir das discussões realizadas nos seminários de Araxá e Teresópolis. Contrariando a intenção inicial de se analisar tais determinações no sentido de ultrapassá-

las, os debates ocorridos neste seminário adquiriram a mesma direção delas, sendo, portanto, o Documento Alto da Boa Vista consonante aos princípios encontrados nos documentos de Araxá e Teresópolis.

Ainda nesse documento, se encontra a explicitação e a defesa do que foi chamado de “Serviço Social Cibernético²²”, método caracterizado pelo uso de tecnologias diversas por parte do assistente social (como o computador, por exemplo, para armazenar informações dos seus clientes e de outras naturezas, úteis a sua atuação), acompanhando tendências contemporâneas; e pela utilização de uma nova técnica para o enquadramento dos clientes, baseada na Fenomenologia, e que consistiria na promoção de um estímulo (no meio), que perturbaria o equilíbrio existente, fazendo com que o sujeito se comportasse de maneira a alcançar um novo equilíbrio. O indivíduo, assim, participaria ativa e conscientemente do seu processo de enquadramento à ordem: era a chamada auto-regulação.

Em contrapartida, também é possível encontrar, coexistindo com esse conservadorismo, a defesa da liberdade e da participação ativa do sujeito na dinâmica da realidade em que está inserido.

Como se pode perceber, as discussões ocorridas nesses seminários, ainda não estavam tão próximas da ruptura com o tradicionalismo existente no Serviço Social, sendo caracterizadas, inclusive, por um considerável retorno às perspectivas de reatualização do conservadorismo. Mas essa situação começou a mudar, de forma progressiva, com a crise que assolou o regime militar nos seus últimos anos. O principal fator de tal crise foi a dificuldade que os militares tiveram, nessa época, para alcançar os incríveis índices de crescimento econômico conquistados nos anos anteriores. A década de 1980, mais conhecida como a década perdida, foi caracterizada por altos índices de inflação, o que aumentou ainda mais a insatisfação da população brasileira com todo o autoritarismo desse regime, servindo, assim, de estopim para o fortalecimento de organizações políticas contrárias a essa ordem. Como resultado da abertura política promovida a partir do governo de Figueiredo (abertura que ocorreu, justamente, por causa do aumento ameaçador dessa insatisfação popular) e do Movimento Diretas Já²³, houve,

²² Expressão encontrada no próprio documento

²³ Foi um movimento organizado pela sociedade civil brasileira, engajado na reivindicação de eleições diretas para presidente, ocorrendo no período compreendido entre os anos de 1983 e 1984. Segundo Alencar (1996), tal movimento foi uma das maiores manifestações de insatisfação para com o autoritarismo

em 1985, o fim da ditadura e o conseqüente início do que ficou conhecido como processo de redemocratização, caracterizado por uma maior mobilização e participação de movimentos sociais e políticos os mais diversos no pressionamento da Assembléia Constituinte para o atendimento de suas demandas.

Os assistentes sociais foram, cada vez mais, se incluindo nesses grupos militantes, não só como profissionais, mas como cidadãos, antes de tudo. Esse engajamento ocorreu tanto no período da redemocratização, como também antes dela, se tendo uma adesão crescente desses profissionais na luta pelo retorno da democracia.

Com esse engajamento na luta pela re-democratização do país e pelos direitos dos sujeitos das camadas populares, aliado ao fim da ditadura, a corrente progressista se fortaleceu quantitativa e qualitativamente, o que resultou em notáveis progressos na aproximação à teoria marxiana. Nesse período, novos autores marxistas foram estudados: autores que possuem teorias mais complexas, que realmente apreendem a essência do pensamento crítico-dialético. Dentre eles, está Gramsci, um dos mais estudados nesse período. Barroco aborda a aproximação do pensamento gramsciano:

O amadurecimento intelectual se objetiva através da superação dos equívocos do marxismo vulgar, evidenciado nas leituras mecanicistas que marcaram a negação inicial da prática tradicional; entre elas, a ideologização do marxismo e o determinismo explicitado no voluntarismo ético-político e no economicismo. Tal superação, implicou a retomada das fontes do pensamento de Marx, cuja expressão mais significativa é a obra de Yamamoto (...). Yamamoto desvela os fundamentos objetivos da prática profissional, apresentando uma análise histórico-crítica do significado do Serviço Social no processo de (re) produção das relações sociais burguesas. A compreensão das formas de intervenção do Serviço Social, do seu ethos e fundamentos, amplia as possibilidades da crítica à ética tradicional. Apoiando-se em Gramsci, Yamamoto analisa criticamente a função política do Serviço Social (...). A influência de Gramsci, que aparece em várias produções dos anos 80, permite uma reinterpretação das possibilidades de ruptura (...) (Barroco 2009, p. 89)

Gramsci, tomando como base a teoria marxista, desenvolveu uma visão mais elaborada e complexa a respeito da sociedade e do Estado. Seu modo de pensar e ver a sociedade complementa perfeitamente as idéias de Marx, dando-lhes continuidade.

do regime militar, no Brasil.

Um dos conceitos fundamentais do pensamento gramsciano é o da “Teoria do Estado Ampliado”. Isso porque ela mostra o Estado como sendo mais amplo, em relação às teorias anteriores a ela. Para Gramsci, o Estado é formado pelo que chamou de “sociedade política” e “sociedade civil”.

O termo “sociedade política” se refere às instituições que exercem uma coerção direta, as quais o Estado se vale para garantir que a classe dominante permaneça no poder. Como exemplos, podemos citar as leis, a polícia e o restante dos sistemas legislativo e judiciário.

Já a “sociedade civil”, engloba as instituições responsáveis pela difusão de ideologias na sociedade (como a mídia, os sindicatos, os partidos políticos, os movimentos sociais, etc), sendo que tais ideologias podem ser consonantes aos interesses da classe dominante ou não. Esse é um dos grandes avanços que podemos encontrar na Teoria do Estado Ampliado: o reconhecimento de que a sociedade civil não é totalmente passiva à dominação a qual é sujeita, já que existem nela, indivíduos que se articulam em organizações diversas, numa luta contrária à ordem vigente. Outra grande inovação é a própria concepção de Estado, que é ampliada, como mostra Barroco: “(...) aquilo que os clássicos vinham tentando interpretar e explicar como Estado é apenas a sociedade política do Estado gramsciano. A sociedade civil representa o novo momento teórico, a nova determinação descoberta por Gramsci” (Barroco, 2009, p. 91).

Outro ponto importante da teoria gramsciana, é a concepção que esta traz de “intelectual orgânico”. Silva explica a que esse termo se refere:

(...) A ação do intelectual ampliada, diferente, capaz de um caráter formulador e de despertar consciências e transformar a sociedade em que vive. Essa é a perspectiva do teórico italiano Antônio Gramsci (...). Para Gramsci, o intelectual orgânico é “o que age, que atua, participa, ensina, organiza e conduz, enfim, se imiscui e ajuda na construção de uma nova cultura, de uma nova visão do mundo, de uma nova hegemonia”. (2006)

A função de intelectual orgânico passou a ser amplamente adotada pelos assistentes sociais na sua prática profissional, enriquecendo-a, como explicita Barroco:

Através de Gramsci, recupera-se a ação educativa em outras bases; agora não se trata de ação “basista”, mas de uma dimensão da atividade

profissional pensada nos moldes do intelectual gramsciano. Isso permite superar a perspectiva mecanicista que considerou as instituições como “aparelhos ideológicos” do Estado, o que corresponde a uma superação de Althusser. Ao colocar-se nas funções do intelectual orgânico, o assistente social encontra sua identidade profissional na função de educador e organizador da população, a serviço das classes subalternas, no processo de construção de uma nova hegemonia. (2009, p. 92).

O fato de o Serviço Social ter se aproximado de pensadores marxistas cujas teorias são mais complexas e caracterizadas por uma apreensão madura da perspectiva crítico-dialética, representou um importante passo dado pela categoria na busca de um novo arcabouço teórico-metodológico. Com o estudo do pensamento gramsciano, os assistentes sociais abandonaram a postura equivocada de negação da atuação em instituições, reconhecendo que existem algumas delas que atuam numa perspectiva contra-hegemônica e que é possível, até mesmo nas organizações que atuam em prol da manutenção do status quo, ter uma prática profissional caracterizada por um movimento contrário a tal perspectiva, através de uma atuação como intelectual orgânico.

Mas, ainda nesse período, ocorreram equívocos na aproximação do marxismo, pois apesar de teorias mais elaboradas terem sido estudadas, estas não foram totalmente compreendidas, havendo falhas na sua apreensão. Apesar desses equívocos, não podemos deixar de reconhecer a dimensão do avanço aqui ocorrido, que foi bem maior que os poucos progressos alcançados ao longo dos anos 1960 e 1970. Barroco aponta as conquistas e falhas alcançadas pela categoria, em sua aproximação do pensamento marxista, na década de 1980:

É importante salientar que já não aparecem as simplificações anteriores, como o mecanicismo, o moralismo, o voluntarismo ético-moral; o que se deve ao amadurecimento teórico e político da vertente em questão, especialmente pelo recurso às fontes do pensamento de Marx e pela aproximação com Gramsci (...). Da aproximação com Gramsci, ocorre um duplo movimento: por um lado torna possível a superação de Althusser e a apreensão da dimensão contraditória da profissão, o que abre caminho para novas práticas; por outro, ocorre, em alguns momentos, uma simplificação que reproduz muitos equívocos já superados pela análise de Iamamoto. O principal deles é a identificação mecanicista do assistente social como intelectual orgânico do

proletariado, sem apreender as mediações dadas por Gramsci e pela própria profissão. (2009, p. 94)

Em decorrência da aproximação desses autores marxistas e da conjuntura de re-democratização do país, foi aprovado, em 1986, um novo Código de Ética Profissional, que por fim rompeu com o tradicionalismo existente na profissão, através da negação da neutralidade política, firmada pelo estabelecimento de um compromisso com os interesses da classe trabalhadora.

A aprovação desse código se constituiu num divisor de águas no Serviço Social brasileiro, pois nele se encontraram princípios que a corrente progressista almejava desde o início da reconceituação. Além de um claro compromisso estabelecido com o proletariado, ele ainda ditou uma ruptura com as posturas voluntarista e militante e adotou o pensamento crítico-dialético como norteador da teoria e da prática profissionais, com o reconhecimento de que era necessário um aprofundamento na sua apropriação.

Apesar de sua grande importância e de seu caráter progressista, esse código ainda conservou alguns equívocos e lacunas, característicos daquele estágio da reconceituação, no qual o marxismo ainda não havia sido totalmente compreendido.

Um desses equívocos está no próprio compromisso estabelecido com a classe trabalhadora, que foi apresentado de maneira mecanicista, sem apresentar explicação do porquê de sua existência, nem de como deveria se dar. Da maneira como foi estabelecido, não houve apreensão de sua ética: os assistentes sociais teriam que defender o proletariado em toda e qualquer circunstância, como se essa classe fosse detentora somente de valores positivos. Ramos mostra as falhas contidas nesse compromisso:

A forma como esse compromisso foi exposto, expressa uma concepção ética mecanicista, que deriva imediatamente a moral da produção econômica e dos interesses de classe; uma ausência de mediação dos valores próprios à ética; um comprometimento com uma classe, como se esta, a priori, fosse detentora dos valores positivos; uma visão idealista e desvinculada da questão da alienação. (2003, p. 20)

Essas concepções equivocadas foram alvo de estudos na década seguinte, período em que a categoria conseguiu de fato compreender o marxismo, apreendendo sua essência. Com tal avanço, o mecanicismo encontrado nesse código, saltou aos olhos dos

assistentes sociais: tanto dos que se encontravam na prática, que acabaram por se deparar com a inaplicabilidade de alguns de seus princípios; como (e principalmente) pelos que se encontravam nas universidades, que o perceberam ao se aprofundarem na compreensão do pensamento marxista. Tal percepção culminou na aprovação do Código de Ética Profissional de 1993, vigente até hoje.

Esse código segue a mesma linha de pensamento do anterior, com a diferença de terem as suas falhas sanadas. Portanto, no documento de 1993, se faz presente o reconhecimento de um compromisso com a classe trabalhadora e há a adoção do marxismo como norteador do arcabouço teórico-metodológico da profissão, só que de forma amadurecida.

O compromisso com os interesses das classes subalternas aparece permeado de mediações, ou seja, tem suas razões explicitadas. Já não é um compromisso sem base, em que o assistente social tem que adotar porque grande parte da categoria assim estabeleceu. É um compromisso que além de ter as suas motivações explicitadas, tem a presença de uma ética: a classe trabalhadora já não é mais vista como a detentora de todos os valores positivos ante as demais classes. É, portanto, caracterizado por uma grande sensatez e maturidade, pois a ética está contida nele, não havendo mais o comprometimento com a classe simplesmente, e este é um dos principais avanços encontrados nesse documento.

Com relação ao marxismo, podemos notar, ao longo dessa década, uma evolução bastante significativa na sua apreensão. Foi nos anos 1990 que a categoria conseguiu, enfim, se apropriar dele com perfeição. Autores marxistas de teorias mais elaboradas e complexas, que vinham sendo estudados desde a década anterior, foram finalmente compreendidos e as obras do próprio Marx foram consultadas e analisadas com aprofundamento teórico, o que permitiu a real compreensão de seu pensamento. Todo esse progresso na apropriação da teoria marxista é encontrado no código de 1993, conforme já mostrado nos parágrafos anteriores. Tal documento eliminou o marxismo vulgar, que implicava numa prática profissional que beirava o messianismo ou o militantismo. Mustafá e Cavalcanti e Miranda abordam (respectivamente) os princípios contidos nesse código:

Se o código de 1986 rompia com o tradicionalismo, com o personalismo cristão e com os princípios abstratos e neutros – característicos do neotomismo-; o código de 1993 preconiza uma apropriação teórica da produção marxiana, pautando-se na ontologia social de Marx e no seu projeto societário, o que se constitui como embasamento filosófico à leitura da realidade e atuação profissional. (2003, p. 64)

E também,

(...) Nele, aponta-se para a ética não apenas no sentido do dever ser, mas para a possibilidade de vir a ser, mediante a apreensão crítica da realidade social na sua totalidade – o que exige um permanente debate teórico e uma constante atualização profissional- e a exposição e enunciação de possibilidades de ação que busquem a emancipação do homem, rompendo com a coisificação e a mercantilização das relações sociais da sociedade capitalista (...). Desse modo, vale ressaltar a importância da apropriação da ética, não como uma convenção castradora, ou sob o ponto de vista messiânico, mas como um rumo orientador, sendo esta apropriação fundamental no Serviço Social para que possa desenvolver possibilidades de atuação coerentes com seu projeto ideo-político, fazendo, assim, um intercâmbio entre as demandas imediatas postas cotidianamente com sua dimensão coletiva, buscando a explicitação e efetivação dos direitos políticos e sociais dos usuários. (2005, p. 11)

Cavalcanti e Miranda mostram ainda a imensurável importância desse documento para a categoria:

O Código de Ética do Serviço Social de 1993 representa um marco para a categoria, pois, elaborado democraticamente, afirma não apenas um conjunto de normas, mas um novo perfil profissional, cuja direção social, fundamentada sob a Teoria Social Crítica, postula o enfrentamento de antigas e novas expressões da questão social através da montagem de estratégias que ampliem os limites impostos à cidadania e democratizem as políticas públicas e seu acesso diante do padrão de acumulação vigente e do modelo de proteção que lhe é inerente. (2005, p. 14)

Além da aprovação de um novo Código de Ética Profissional, também foi aprovado, nesse período (mais precisamente em 1996), um novo currículo para a formação de assistentes sociais, mais uma consequência desse progresso na apreensão da teoria marxista. Konno aborda a aprovação desse novo currículo e sua importância:

O debate crítico do Currículo Mínimo de 1982 e construção das Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996, foi um processo desenvolvido coletivamente pela categoria em âmbito nacional, realizado em 200 oficinas locais em unidades de ensino filiadas a ABESS, 25 oficinas regionais e 2 nacionais, sob a coordenação da ABESS, no período de 1993 a 1996, com a participação do Conselho Federal de Serviço Social, Conselhos Regionais de Serviço Social e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. (...) a reformulação do currículo de 1982, que culminou no currículo de 1996, representou um momento decisivo para pensar a formação profissional comprometida com um novo projeto ético-político, manifestando a ruptura com o conservadorismo. (2005, p. 08)

Como se pode perceber, a aprovação do Código de Ética de 1993 não encerrou o processo de evolução pelo qual o Serviço Social brasileiro vinha passando, o que vale também para a apreensão da teoria marxista, que experimentou, ao longo dos anos 1990, seu estágio máximo de maturidade. Foi nessa época que houve a recorrência à autores que consideram a dimensão ética do marxismo, isso somado aos grandes avanços já alcançados na década anterior, marcada pelo estudo da teoria de Gramsci e de outros autores marxistas que possuem teorias mais elaboradas. O estudo da ética contida na teoria marxiana é de extrema importância para a sua real compreensão, evitando que se caia num marxismo vulgar, mecânico e economicista. Dentre os autores que abordam a dimensão ética do marxismo, está o filósofo húngaro Lukács, bastante estudado nessa época. Barroco mostra como se deu essa outra etapa de aproximação do pensamento crítico-dialético:

A partir de 90, fica evidente uma ampliação do recurso à filosofia, que despontando em teses e artigos voltados à reflexão sobre o método crítico-dialético, a cultura, a alienação, a práxis, etc., aponta novas possibilidades para a discussão ética. Observa-se um esforço na direção do resgate da herança filosófica de Marx através do recurso a Hegel, emergindo produções apoiadas em Lukács, Heller, Mészáros, Habermas, entre outros (...). Na primeira metade dos anos 90, a presença de Lukács se torna mais marcante nas produções acadêmicas, nos encontros e debates da categoria; o recurso à ontologia social, afirma-se como parte da trajetória de amadurecimento da tradição marxista no Serviço Social. Contribui para tal, a publicação da tese de doutorado de Netto, em 1991. (2009, p. 95)

Lukács é considerado por muitos o autor que conseguiu se aprofundar, com perfeição, na análise crítica da ontologia crítica marxista, o criador de uma análise crítica

do marxismo que leva em consideração preceitos filosóficos. De fato, não é possível encontrar, antes dele, um autor marxista que aliasse o pensamento de Marx a princípios da Filosofia de maneira tão sofisticada. A sua teoria é tão importante, que serviu para negar o marxismo vulgar, incluindo-se no movimento de renovação marxista ²⁴ e servindo, assim, para atualizar os preceitos teóricos do marxismo, adequando-os à realidade de seu tempo, debatendo ainda tais preceitos com algumas correntes filosóficas.

Uma das principais idéias da teoria lukacsiana, é a da centralidade do trabalho. O famoso filósofo húngaro abordou a importância central do trabalho na sociedade, mostrando como esta gira ao seu redor, como sem ele é impossível pensar a sociabilidade humana, bem como ele não se realiza enquanto um elemento de formação de consciências emancipadas no capitalismo. Com base em tal idéia, é que os assistentes sociais brasileiros conseguiram fazer uma reflexão ética da sua prática profissional, bem como do compromisso que tinham assumido com a classe trabalhadora. Os princípios da teoria de Lukács também possibilitaram uma melhor compreensão da dinâmica assumida pelo trabalho na sociedade contemporânea.

Em oposição a todo esse progresso que o Serviço Social vinha alcançando, estava a realidade brasileira. Já no início dessa década, o país enfrentava uma séria crise econômica, caracterizada por um aumento exorbitante da inflação, como descrevem Behring e Boschetti:

(...) tem-se, na entrada dos anos 1990, um país derruído pela inflação- a “dura pedagogia da inflação” a que se refere Oliveira (1998: 173) e que será o fermento para a possibilidade histórica da hegemonia neoliberal-paralisado pelo baixo nível de investimento privado e público; sem solução consistente para o problema do endividamento; e com uma

²⁴ Como mostra Barroco (2009), o marxismo, desde o seu surgimento, foi alvo de diferentes interpretações, desmembrando-se em várias correntes, que acabaram por fragmentá-lo em duas temáticas: as teorias da revolução e do valor/trabalho; e a dialética. Assim, as várias correntes marxistas que foram surgindo ao longo da história, passaram a tratar de apenas uma dessas temáticas, dificilmente tratando das duas juntas, integrando-as, assim como se vê nas obras de Marx. Essa tendência se evidenciou ainda mais com o marxismo-leninismo, que tinha como foco apenas as teorias da revolução. Durante a Revolução Russa e o período em que Stálin esteve no poder, foi essa vertente marxista que prevaleceu. Somente com o colapso do stalinismo, é que foi possível o ressurgimento de correntes antes marginalizadas e o nascimento de outras, apontando para um processo de redimensionamento teórico-prático: se iniciava um processo de renovação marxista. Este processo envolveu vários pensadores, que não formaram um bloco hegemônico, já que adotaram diferentes temáticas e formas de abordagem, além de realizar debates com correntes teóricas diversas. Essa ampliação do debate em torno do legado de Marx, através de uma apreensão mais madura de suas idéias, possibilitou uma ruptura com o marxismo vulgar, o que enriqueceu e atualizou o pensamento crítico-dialético.

questão social gravíssima. Tem-se a mistura explosiva que delineia uma situação de crise profunda.(2008, p. 140, 141).

Tal crise teve início com o choque do petróleo²⁵, em 1973. Como o país estava num contexto de desenvolvimento financiado pela economia estrangeira, acabou por sofrer os efeitos desse choque através de uma queda drástica do investimento internacional, que foi se agravando ao longo das décadas seguintes, gerando uma crise preocupante nos anos 1990, com altos índices de inflação.

Com o caos decorrente do choque do petróleo, o modelo keynesiano de Estado, amplamente adotado pelos países de capitalismo central, passou a ter sua eficácia questionada, sendo alvo de duras críticas. Com essa descrença no Estado de Bem-Estar Social (induzida, diga-se, pela necessidade de liberação do mercado), o modelo neoliberal começou a ganhar espaço, sendo adotado por vários países já a partir de 1973, quando este fenômeno ocorreu pela primeira vez. No início da década de 1980, todos os países de capitalismo central já haviam adotado o neoliberalismo. Em decorrência da grave crise que ainda enfrentava e sofrendo a influência dessa expansão neoliberal, o Brasil acabou por adotar, também, esse modelo de Estado, o que só ocorreu na década de 1990, mais precisamente no governo Collor.

Com a adoção do modelo neoliberal de Estado, muitas das grandes conquistas alcançadas no contexto da re-democratização, presentes Constituição de 1988²⁶, ficaram prejudicadas. O fato de o país se inserir numa lógica neoliberal logo após promulgar sua Constituição mais democrática, é bastante contraditório e se deve à falta de sincronia ocorrida entre o Brasil e grande parte dos países capitalistas, na adoção de modelos de Estado: enquanto na década de 1970, os países de capitalismo central estavam abandonando o modelo keynesiano para adotar o modelo neoliberal, o Brasil estava sob o comando de um governo militar autoritário, que não adotou nenhum desses modelos. No

²⁵ Crise econômica de caráter mundial ocorrida nos anos 1970, como consequência do aumento do preço do barril de petróleo, promovido pelos países integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Os historiadores costumam dizer que houve dois choques do petróleo: um ocorrido em 1973, quando a OPEP, pela primeira vez, aumentou de maneira assustadora o preço do barril de petróleo, quadruplicando-o; e o outro em 1979, quando novamente os preços foram elevados de forma ameaçadora, prejudicando ainda mais a já abalada economia mundial.

²⁶ Por ter sido elaborada em pleno processo de redemocratização do país, essa é a Constituição mais democrática e social que tivemos ao longo de toda a nossa história. Nela, é possível encontrar o reconhecimento de direitos individuais, civis e políticos, bem como uma inspiração nos princípios do chamado Estado de Bem-Estar Social.

processo de re-democratização do país, foi promulgada uma Constituição nos moldes do keynesianismo, enquanto no resto do mundo o neoliberalismo já havia se consolidado amplamente. Mas, diante da crise econômico-social que enfrentava e dos discursos questionadores da eficácia do Welfare State e favoráveis ao neoliberalismo, o Brasil acabou por adotar este último, negando a Constituição que acabara de promulgar.

Portanto, os princípios democráticos e progressistas da Carta de 1988 nem tinham sido largamente implantados, quando a lógica neoliberal passou a ser adotada. Os assistentes sociais, que finalmente dispunham de mecanismos para subsidiar ações emancipadoras das classes subalternas (diga-se, seu Código de Ética Profissional, a lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão e a Constituição de 1988), se viram bastante prejudicados em sua prática profissional, com a adoção desse modelo de Estado.

A adoção do neoliberalismo reduziu drasticamente a extensão das políticas sociais, que se tornaram demasiado seletivas e fragmentadas. As diversas privatizações promoveram um aumento alarmante do índice de desemprego. Para além da empregabilidade, muitas outras expressões da questão social foram agravadas, necessitando-se, assim, com maior intensidade, da atuação dos profissionais de Serviço Social nos mais diversos setores da sociedade. Mas, justamente nesse período onde a sua prática profissional foi tencionada pela lógica excludente e concentradora de riqueza, inerente ao capital, os assistentes sociais presenciaram uma dramática redução do seu mercado de trabalho. Portanto, com o neoliberalismo, a categoria não só se deparou com o agravamento da questão social e com o aumento das dificuldades em relação às suas condições de trabalho, como também seus membros foram atingidos enquanto profissionais inseridos na divisão sócio-técnica do trabalho.

Mas, ao contrário do que ocorrera nos anos anteriores, a categoria não procurou se adequar às mudanças promovidas na ordem societária, o que aconteceu foi justamente o oposto: os assistentes sociais passaram a compreender a dimensão contraditória da sua atuação profissional, a se perceberem como fruto de uma demanda social no universo dos serviços, e não só a articular uma forma de intervenção balizada pela relação e questionamento da lógica do movimento da sociedade em que estão inseridos. Passaram, então, a questionar o poder público, exigindo o acesso a direitos, passaram, também, a se articular num movimento em prol da ruptura com a ordem vigente, por meio da

emancipação da classe trabalhadora, introduzindo-se, assim, no universo da crítica à exploração e a não realização do humano genérico.

Portanto, como se pode perceber, a aprovação do Código de Ética de 1993, representou uma mudança no próprio perfil dos assistentes sociais, sendo de extrema importância para a delimitação do atual projeto ético-político dessa categoria, projeto este que é a base norteadora da atuação desses profissionais, bem como da sua visão de sociedade. Reis explica com clareza e objetividade a que se refere o termo projeto ético-político:

Trata-se de uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma determinada valoração ética, que está intimamente vinculada a determinados projetos societários presentes na sociedade que se relacionam com os diversos projetos coletivos (profissionais ou não) em disputa na mesma sociedade. (2008, p. 78)

O autor ainda aborda o atual projeto ético-político da categoria, citando Netto:

Nosso projeto ético político é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos. Ele “tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero” (Netto, 1999: 104-5; grifos originais). (2008, p. 80)

Este projeto (que se encontra articulado no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares de 1996), passa a expressar a prática profissional numa perspectiva mais crítica, comprometida com os interesses da classe trabalhadora e com um projeto societário que vai contra o atual, visando a extinção da diferença de classes e de toda a exploração da força de trabalho dela decorrente. A atuação, nos moldes hoje preconizados, exige do profissional o respeito à diversidade, bem como às opiniões e decisões de seus usuários é um dos pontos centrais do projeto aqui abordado, sendo as atitudes moralistas e cerceadoras do poder de decisão, condenadas com rigor. Portanto, nos dias de hoje, os assistentes sociais atuam como profissionais de fato, tendo uma formação e uma prática de cunho científico, não se sobrepondo às decisões e ao modo de vida dos seus usuários e estando realmente

comprometidos com os seus interesses, estando junto com eles no engajamento por uma nova ordem social.

Diante dessa evolução histórica da profissão e de sua categoria, o que se almeja, nesse trabalho, é conhecer as visões que os estudantes de Serviço Social da Universidade de Brasília, recém-chegados ao curso no primeiro semestre de 2010, tem de ambas. Portanto, a intenção, ao se realizar essa pesquisa, é saber que visão esses alunos possuem da profissão, se tem algum conhecimento do seu atual projeto ético-político ou se, ao contrário, ainda vêem o Serviço Social da maneira como este foi no passado, persistindo, assim, entre eles, uma visão antiquada e estereotipada dessa atuação profissional, bem como dos assistentes sociais que a executam. Com isso, será possível, ainda, ter uma breve noção do perfil de tais discentes, será possível conhecer um pouco dos seus anseios ao ingressarem nessa formação acadêmica e assim contribuir, mesmo que em uma pequena parcela, para o debate da formação profissional.

3- Por que Serviço Social? Alguns motivos que levam à escolha do curso

O Serviço Social, conforme mostrado no breve histórico acima, passou por diversas rupturas (muitas delas, diga-se, drásticas) no decorrer de sua existência, mudanças que se refletiram não só em seu arcabouço teórico e prático, mas também no perfil de seus profissionais. Hoje, bem diferente de como era em sua fase inicial, o Serviço Social tem um olhar crítico sobre a realidade em que atua, tendo os seus profissionais, um posicionamento político, através do qual se mostram favoráveis aos direitos dos seus usuários e a uma mudança da ordem vigente. Os assistentes sociais contemporâneos, aliás, já não são apenas mulheres vindas da alta sociedade: o perfil desses profissionais foi se “heterogeneizando” com as mudanças já citadas e hoje, é possível encontrar não só homens nesse meio, mas também sujeitos oriundos dos mais diversos meios e classes sociais.

Com toda essa historicidade, é difícil definir, com clareza o perfil de tais profissionais: de onde vem, o que pensam e o que pretendem ao ingressarem nesse meio. Diante da complexidade e curiosidade que esse tema envolve, o presente trabalho pretende conhecer, minimamente, o perfil de alguns sujeitos que provavelmente serão assistentes sociais: os estudantes ingressos no curso de Serviço Social da Universidade de Brasília no primeiro semestre de 2010, nas turmas do diurno e do noturno. A intenção, aqui, é tentar compreender um pouco essa questão, conhecendo o perfil desses discentes. É verdade que a amostra constituída por esses alunos é demasiado pequena para a complexidade que permeia tal questão, mas o que se almeja é uma pequena exploração

dessa temática tão intrigante, sendo necessários estudos maiores para abarcá-la em sua totalidade.

Portanto, com o objetivo de se apreender o significado atribuído à profissão por esses discentes, planejou-se utilizar, como instrumentais de pesquisa, entrevistas semi-estruturadas e questionários sócio-econômicos, havendo, assim, a opção pelo uso conjunto das metodologias qualitativa²⁷ e quantitativa²⁸ de pesquisa, já que, por se tratar de uma temática complexa, na qual se faz presente uma pluralidade bastante significativa, o uso de apenas uma dessas metodologias, de maneira isolada, não seria o suficiente para explorá-la. Porém, mesmo adotando essas metodologias conjuntamente, o presente estudo explorou minimamente essa questão, sendo necessários estudos posteriores para lhe abordar em todos os seus aspectos.

Inicialmente, se pretendia realizar as entrevistas e aplicar os questionários, no dia do registro das matrículas desses alunos recém-chegados ao curso no primeiro semestre de 2010 (tanto os alunos do diurno, quanto os alunos do noturno).

O registro das matrículas de tais estudantes ocorre antes do início do semestre, sendo esse momento, portanto, considerado o ideal para lhes entrevistar e lhes aplicar os questionários sócio econômicos, levando-se em consideração que, nesse dia, ainda seria possível que eles não tivessem experimentado um contato com os seus futuros professores, nem com os seus futuros colegas, o que garantiria, dentro dos limites

²⁷ É uma metodologia de pesquisa, surgida recentemente na área social (mais especificamente, na Antropologia e na Sociologia) e que vem ganhando cada vez mais notoriedade nos mais diversos ramos das Ciências Humanas. Neves (1996), cita as suas principais características, ao compará-la com a quantitativa: “Enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis, que são objeto de definição operacional), a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos, mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situar sua interpretação dos fenômenos estudados”.

²⁸ Metodologia de pesquisa típica das Ciências Naturais, que acabou por ter o seu uso estendido às Ciências Humanas. Como mostra Neves (1996), tal metodologia se caracteriza pelo seguimento de um plano previamente estabelecido (com instrumentais e hipóteses bem indicados), pelo estabelecimento de uma relação pesquisador/objeto bem determinada, na qual o primeiro se coloca numa posição de exterioridade em relação ao segundo e pela utilização de instrumental estatístico, na análise dos dados. Por não ter uma metodologia de pesquisa própria, as Ciências Sociais utilizaram, por muito tempo, o método quantitativo de pesquisa. Essa realidade vem experimentando mudanças, com o surgimento da metodologia qualitativa de pesquisa, que nasceu no âmbito desse ramo da ciência, sendo, portanto, mais adequada a ele.

possíveis, que o contato desses alunos com os debates da academia fosse o menor possível, ou seja: as informações que esses discentes forneceriam, nesse dia, teriam mais chances de serem suas de fato, decorrentes do seu modo de pensar e ver o mundo e não de eventuais influências sofridas na academia.

Mas, diante das imprevisibilidades surgidas, não foi possível aplicar a metodologia da maneira como se tinha planejado, pois, o registro das matrículas dos alunos do diurno e do noturno ocorreu no mesmo dia e horário, porém em locais diferentes, optando-se, então, por entrevistar e aplicar os questionários sócio-econômicos nos primeiros.

Para não se perder a riqueza de dados que a coleta junto aos alunos do noturno poderia trazer, optou-se por transformar o roteiro da entrevista, usado para entrevistar os estudantes do diurno, em questionário. Tal questionário, foi então aplicado nesses discentes, juntamente com o questionário sócio-econômico. A aplicação se deu logo no início do semestre, na terceira aula da disciplina “Introdução ao Serviço Social”, para que o contato desses estudantes com os debates da academia fosse o menor possível. A disciplina “Introdução ao Serviço Social” foi a escolhida por ser obrigatória aos alunos recém-ingressos, o que fez supor que a maioria deles estaria presente no momento da aplicação.

Também foram aplicados questionários junto aos discentes que já estavam no último semestre do curso, para se fazer, assim, um contraponto das suas concepções acerca da formação acadêmica e da profissão com as de seus colegas recém-ingressos. A intenção, portanto, ao se aplicar tais questionários, foi a de saber se o processo de formação interfere na maneira como visualizam essa área de conhecimento e a sua prática, o que está diretamente relacionado, como é de se supor, à futura atuação profissional desses estudantes, sendo essa análise, portanto, muito importante.

3.1- Resultado da coleta de dados junto aos estudantes recém-ingressos ao curso no 1º/2010

As entrevistas realizadas junto aos alunos do diurno tiveram seu roteiro elaborado com o objetivo de abordar questões como religião e militância política, para saber até que ponto essas inserções teriam (ou não) envolvimento nas suas escolhas pelo curso. Além

dessas questões, também se procurou saber, desses estudantes, que visão tinham do Serviço Social e da sua prática profissional²⁹, bem como se já tinham experimentado um contato com algum discente ou profissional da área.

Depois de ser entrevistado, cada um deles respondeu a um questionário sócio-econômico, já que o presente estudo também teve, como uma de suas preocupações, a análise da questão referente à classe social, e de como a inserção social pode estar relacionada à escolha do curso.

A realização de entrevistas com os alunos do noturno, tal como ocorreu com os do diurno, não foi possível, conforme já dito, sendo o roteiro da entrevista realizada com estes últimos, transformado em questionário. Esse questionário foi então aplicado nos estudantes da noite, que responderam, portanto, às mesmas perguntas que os seus colegas do diurno. Junto a este questionário, foi aplicado um outro, o sócio-econômico.

Além do uso de um instrumental de pesquisa diferente, outra coisa que também difere, aqui, em relação aos discentes do diurno, é a quantidade de estudantes que participaram da pesquisa: enquanto 15 do diurno foram entrevistados, 32 do noturno responderam ao questionário, constituindo-se, assim, numa amostra bem maior que os seus colegas que estudam durante o dia, devendo-se ressaltar o fato de que ingressaram 40 alunos em cada uma dessas turmas.

Algo intrigante, que pode ser observado de imediato, é a discrepância existente na quantidade de estudantes do sexo feminino e masculino, ingressos em ambos os turnos: no diurno, ingressaram 37 mulheres e somente 3 homens e no noturno, ingressaram 34 mulheres e portanto, 6 homens. Como é de se imaginar, tal discrepância também pode ser notada nas amostras dessa pesquisa: dos 15 entrevistados, apenas 1 é do sexo masculino e dos 32 que responderam o questionário, somente 6 são desse sexo. Isso nos leva, inevitavelmente, à questão de gênero, já observada e estudada por nomes importantes da área, como Beltrão e Teixeira (2004), que comprovaram, por meio de pesquisas, que o

²⁹ Atualmente, há um debate bastante polêmico no Serviço Social, que gira em torno da sua denominação como trabalho ou não. Existem autores que não vêem a prática profissional do assistente social como trabalho, já que esta não é baseada em uma relação direta com a natureza, não é baseada, portanto, na sua transformação e na geração de capital. Por outro lado, há autores que acreditam que o Serviço Social é sim trabalho, já que ele estabelece uma relação indireta com a natureza, por meio do trabalhador coletivo. Mas, independente dessa polêmica, o que se procurou saber dos alunos, nessa pesquisa, é como eles viam a atuação do assistente social, como eles achavam que esse profissional atuava, quais seriam as suas responsabilidades.

Serviço Social, no Brasil, é o curso com a maior taxa de discentes do sexo feminino, dentre todos os cursos universitários, nos últimos 30 anos.

Essa maioria feminina aqui encontrada, alude ao que foi mostrado nos capítulos anteriores desse trabalho, no que diz respeito à vinculação da profissão ao sexo feminino, ocorrida principalmente na sua fase inicial, onde era comum a crença de que as mulheres possuíam, naturalmente, as aptidões necessárias para exercê-la. Esse dado, bem como outros trazidos nas falas desses estudantes (e que serão abordados posteriormente), mostram que tal crença continua a existir no imaginário de algumas pessoas que optam pelo curso de Serviço Social.

Além da questão de gênero, outro aspecto importante, que deve ser levado em consideração, aqui, é o da classe social. No caso dos alunos que contribuíram para essa pesquisa, se constatou que, a maioria deles, pertence a camadas menos abastadas da população, sendo oriundos, principalmente, da classe média baixa, valendo destacar o fato de que os discentes do noturno, de uma forma geral, são mais pobres que os seus colegas do diurno, muitos deles tendo que trabalhar para se sustentar, o que justifica a sua escolha por esse turno. Encontramos, assim, similitudes com os dados coletados por Simões (2007) nos estudos que realizou na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse autor afirma que os alunos de Serviço Social, no caso daquela instituição, são majoritariamente advindos de “camadas baixas e pouco letradas da população” (Simões, 2007, p. 02). Ele acredita que uma possível causa disso seja a busca de ascensão social, por parte desses discentes, que levariam em consideração, “a capacidade que o curso disponibiliza, para aqueles que nele ingressam, de acesso a um curso de nível superior e com formação de baixo custo³⁰” (Simões, 2007, p.03).

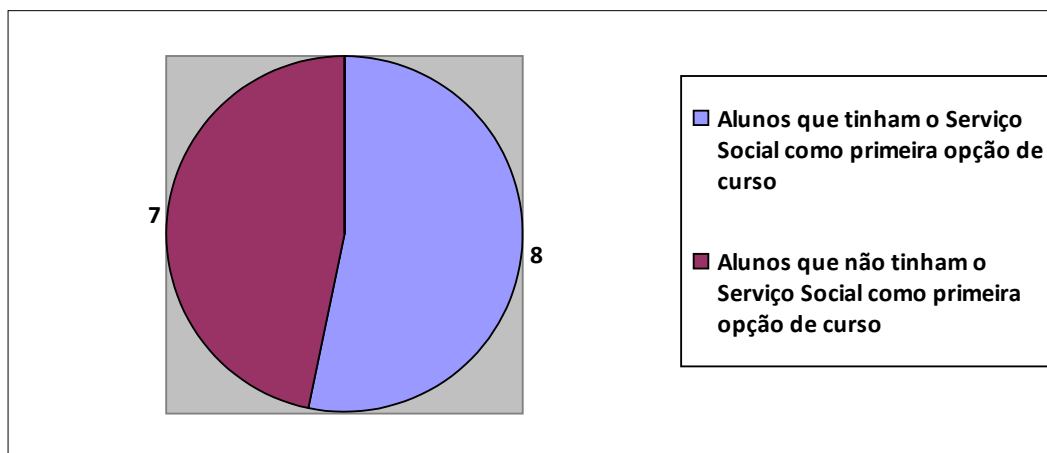
Outro fato bastante importante que pôde ser observado, foi a considerável diferença de idade existente entre os alunos dessas duas turmas: os do diurno, em sua maioria, são mais jovens, muitos deles tendo acabado de concluir o Ensino Médio. Tal diferença de idade, pode estar relacionada justamente a essa variação na inserção social, como mostra Simões. Ele comprovou, por meio dos já referidos estudos que realizou na UFRJ, que os alunos que estudam à noite, naquela universidade, tendem a ser mais

³⁰ É importante ressaltar, aqui, que o curso de Serviço Social não é o único que é visto, muitas vezes, sob essa perspectiva da ascensão social. Muitos outros cursos de nível superior também são vistos assim, a própria universidade pública é vista dessa forma. Simões mostrou claramente essa realidade ao apresentar os resultados do seu estudo.

velhos que os alunos que estudam de dia e atribuiu essa realidade ao fato de que estes são, geralmente, menos abastados, não tendo, por isso, a oportunidade de cursar uma graduação enquanto mais jovens, muitas vezes porque necessitaram trabalhar. Ele mostrou, assim, que a questão econômica tem uma grande importância entre os estudantes desses dois turnos, gerando diferenciações entre eles: os do noturno, no geral, são mais pobres, mais velhos e tem que trabalhar durante o dia para conseguir se sustentar, enquanto que os do diurno são, portanto, mais jovens e costumam viver, de uma forma geral, com seus familiares, em condições razoáveis, não precisando trabalhar para sobreviver. Essa hipótese de Simões é cabível no caso das turmas aqui estudadas, conforme se pôde ver na análise dos questionários sócio-econômicos.

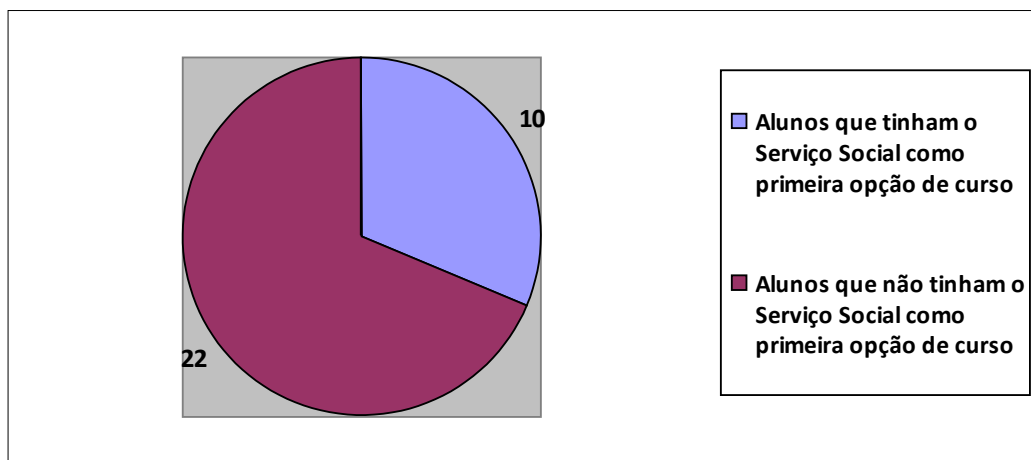
Depois de apresentarmos brevemente o perfil dos estudantes que colaboraram com essa pesquisa, abordaremos agora as suas diferentes formas de ver e pensar o Serviço Social: perguntados se esse curso era a sua primeira opção no vestibular, 8 do diurno e 10 do noturno responderam que sim. Portanto, 7 do diurno e 22 do noturno não tinham essa formação acadêmica como prioridade. Esses dados podem ser melhor visualizados nos gráficos abaixo:

Gráfico 1: Motivações pelo curso entre os estudantes do diurno



Fonte: Pesquisa realizada junto aos discentes recém-ingressos do Curso de Serviço Social da UNB, 2010

Gráfico 2: Motivações pelo curso entre os estudantes do noturno



Fonte: Pesquisa realizada junto aos discentes recém-ingressos do Curso de Serviço Social da UNB, 2010

Os 7 discentes do diurno que responderam negativamente a essa pergunta, tinham cursos como Medicina, Direito, Jornalismo, Psicologia e Administração como sua primeira opção, mas, por não conseguirem vagas neles e baseados nas suas preferências, acabaram optando pelo Serviço Social. Já os 22 do noturno objetivavam, prioritariamente, os cursos de Medicina, Filosofia, História e Psicologia.

O índice de candidatos que não tinham o curso de Serviço Social como prioridade é elevado, principalmente se considerarmos a turma da noite e, diante disso, se faz importante conhecermos os motivos que os levaram a optar por essa carreira.

Considerando-se os discentes entrevistados, as principais motivações citadas, foram:

Tabela 01: Motivações pela escolha do curso (estudantes do diurno)

MOTIVAÇÕES	NÚMEROS ABSOLUTOS
o interesse pelas matérias do curso	3

o fato de poder “ajudar” as pessoas	4
o fato de poder “lutar” por uma sociedade melhor	1
a influência de amigos	3
a influência de estudantes e profissionais da área	2
e o mercado de trabalho	2
TOTAL	15

Fonte: Pesquisa realizada junto aos alunos do curso diurno de Serviço Social da UNB, 2010.

O fato de poder “ajudar” as pessoas foi um dos motivos mais presentes nas falas dos entrevistados, apontando para a prevalência de uma visão um tanto quanto messiânica da atuação profissional, como se ela permanecesse igual a da época em que surgiu. A “luta” por melhorias na sociedade também foi citada, sendo esse modo de ver o Serviço Social, semelhante ao de muitos assistentes sociais na época da reconceituação, quando se inspiraram em Althusser e adotaram práticas bastante próximas do militatismo. Isso mostra que algumas formas de ver a profissão, típicas de outras épocas, continuam a existir até hoje. A referência ao mercado de trabalho, por sua vez, confirma a hipótese do desejo de ascensão social, apontada por Simões (2007).

No que diz respeito aos discentes do noturno, tem-se, dentre as principais causas que apontaram como sendo as responsáveis pela escolha do curso, as seguintes:

Tabela 02: Motivações pela escolha do curso (estudantes do noturno)

MOTIVAÇÕES	NÚMEROS ABSOLUTOS
influência de profissionais e estudantes da área, bem como de amigos	7
maior facilidade para se conseguir uma vaga, dado que o curso de Serviço Social exige uma nota de aprovação menor que muitos outros	7
o fato de haver um contingente significativo de concursos públicos voltados para os profissionais dessa área	3
a expansão do mercado de trabalho	2
a falta de opção	1
as áreas de atuação profissional	1
as disciplinas que são cursadas ao longo do processo de formação	4
a compatibilidade do curso com os valores pessoais	1
e o fato de o curso apresentar uma visão	2

crítica da sociedade e por atuar na sua transformação	
TOTAL	32

Fonte: Pesquisa realizada junto aos alunos do curso noturno de Serviço Social da UNB, 201

Este último motivo mostra que há a consciência, por parte de alguns desses estudantes, de que o curso apresenta uma visão crítica da sociedade para aqueles que nele estão inseridos, formando, assim, profissionais que terão um olhar crítico sobre o contexto em que irão atuar. A presença dessa consciência é relevante, em relação à totalidade de discentes dessa turma que responderam ao questionário e bem maior que a existente na amostra dos entrevistados do diurno.

Nesse sentido, já aparecem aqui os impactos do aumento do mercado de trabalho vinculado ao crescimento pela demanda desse profissional, principalmente com os Centros de Referência de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social. Este fato liga-se ainda mais aos elementos abordados anteriormente de que a busca pela inserção no mercado de trabalho coloca-se como uma forte necessidade para os estratos sociais que adentram na formação.

Agora, voltando à questão da compreensão do Serviço Social, é possível perceber que os alunos do noturno apresentaram um maior entendimento a seu respeito, em relação aos seus colegas do diurno, como será possível perceber a seguir. Mas, deve-se ressaltar, não é possível fazer generalizações em relação à totalidade dessas duas turmas, sendo essa afirmação referente apenas às amostras desse estudo.

Questões como envolvimento em trabalhos voluntários e movimentos sociais, igualmente estiveram presentes nas perguntas feitas a esses estudantes, conforme já falado. A pesquisa verificou que, dos alunos da amostra, 20 já haviam participado ou participavam de trabalhos voluntários e movimentos sociais, sendo 9 destes do diurno e 11 do noturno.

Tabela 03: Participação dos Estudantes em trabalhos voluntários e ações sociais

	DIURNO	NOTURNO	TOTAL GERAL
Alunos que participam ou participavam de trabalhos	09	11	20

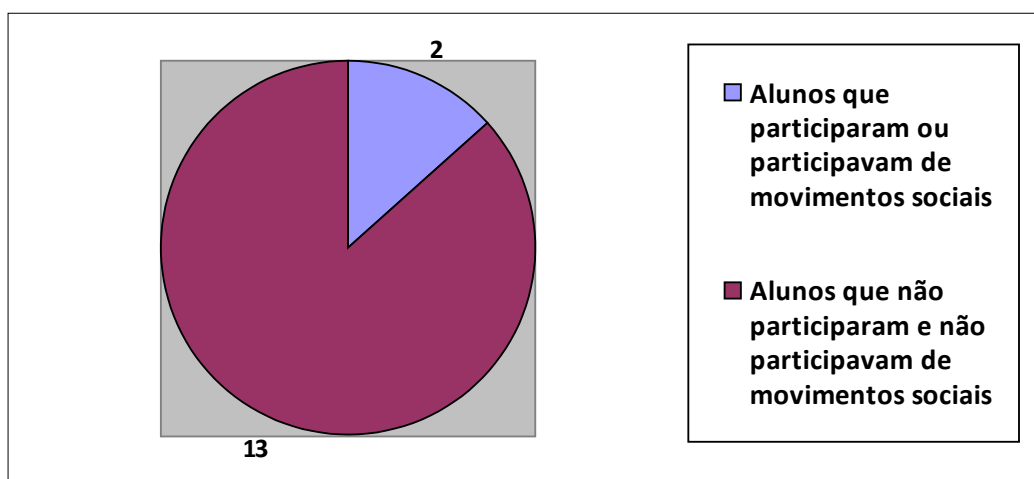
voluntários e/ou ações sociais			
--------------------------------	--	--	--

Fonte: Fonte: Pesquisa realizada junto aos alunos do curso diurno/noturno de Serviço Social da UNB, 2010.

Logo após esse questionamento, lhes foi perguntado se essa participação apresentou alguma interferência no processo de escolha do curso, ao que 13 responderam positivamente, sendo, desses 13, 8 do diurno e 5 do noturno.

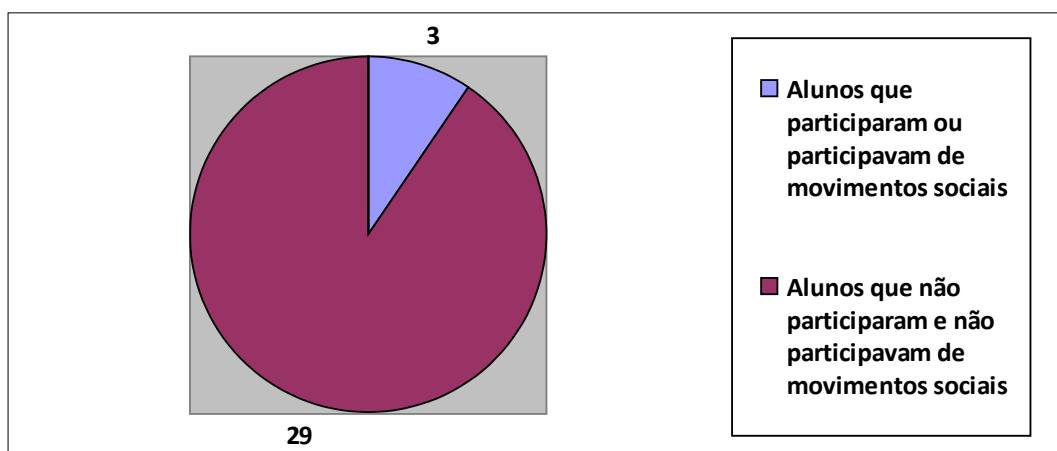
Com relação à participação em movimentos sociais, o que se pode dizer, é que ela foi constatada num índice bem menor que o da participação em trabalhos voluntários e ações sociais: dos 15 alunos entrevistados, apenas 2 alegaram já ter participado de tais movimentos e dos 32 que responderam ao questionário, somente 3 apontaram tal participação. Os gráficos abaixo ilustram isso:

Gráfico 3: Participação dos estudantes do diurno em movimentos sociais



Fonte: Pesquisa realizada junto aos discentes recém-ingressos do Curso de Serviço Social da UNB, 2010

Gráfico 4: Participação dos estudantes do noturno em movimentos sociais



Fonte: Pesquisa realizada junto aos discentes recém-ingressos do Curso de Serviço Social da UNB, 2010

Esse índice cai ainda mais quando se trata da influência dessas participações na escolha do curso: apenas um aluno (do noturno) se sentiu influenciado por elas no seu processo de escolha por essa formação acadêmica.

Esse contingente considerável de discentes que já realizaram ou realizam um trabalho voluntário e/ou uma ação social, associado ao baixo contingente dos que já participaram ou participam de algum movimento social, nos remete a duas questões, bastante atuais: a supervalorização do voluntariado e o enfraquecimento de movimentos sociais e reivindicatórios, de uma forma geral.

O primeiro fenômeno pode ser atribuído, principalmente, ao neoliberalismo que, com a sua lógica de desresponsabilização do Estado, vem se utilizando, cada vez mais, das ações promovidas pela sociedade civil, deixando a cargo delas o que era para ser a

sua obrigação. O apelo à boa vontade dos sujeitos envolvidos em tais ações, vem fazendo com que estas se expandam numa velocidade espantosa: a grande quantidade de estudantes que já participou ou que participava delas, é uma amostra disso.

Tal desresponsabilização do Estado, também incita, logicamente, o surgimento e uma maior articulação de movimentos sociais e políticos, mas numa escala menor do que o engajamento em ações sociais, pelo menos no que se refere ao Brasil, como mostram Behring e Boschetti (2008). Com isso, em vez de se ter uma parcela considerável da população engajada na reivindicação dos seus direitos, tem-se uma grande parte desta envolvida em ações permeadas pela boa vontade e pelo desejo de melhorar a realidade, ações que, por serem realizadas sem uma análise crítica e aprofundada do contexto social em que estão inseridas, acabam por contribuir, ao contrário do que almejam, para o aumento da precariedade do atendimento dos direitos sociais, agravando os mais diversos problemas existentes na sociedade.

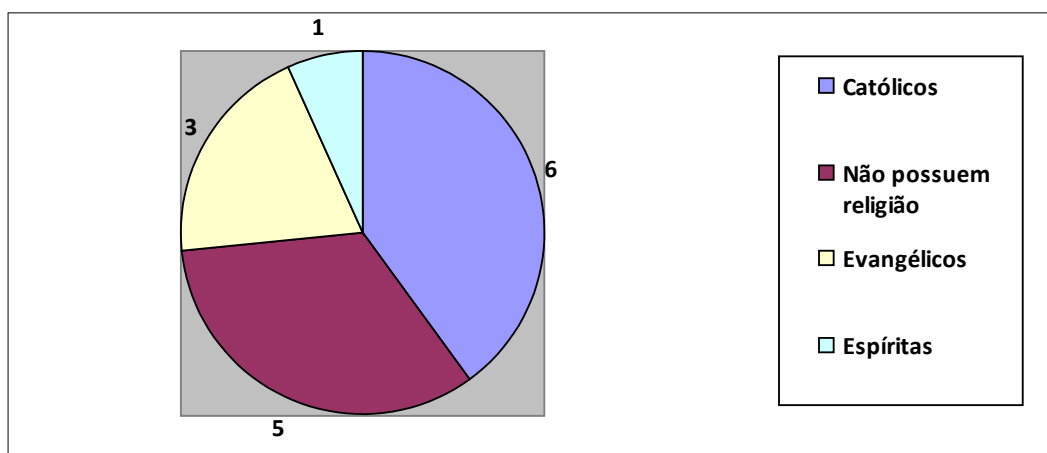
Ainda nos referindo a trabalhos voluntários e ações sociais, podemos supor que, no caso dos alunos que deles participaram ou participavam e alegaram que com isso se sentiram influenciados a escolher o curso de Serviço Social, pode ter ocorrido uma confusão ao se observar a atuação profissional do assistente social nas instituições em que realizaram essas participações. Tal suposição, vem do fato de que uma quantidade considerável dos estudantes que alegaram se sentir influenciados a escolher o curso pela sua participação nessas atividades, relatou que a presença de um ou mais assistentes sociais nas instituições em que essas ações foram realizadas, foi de fundamental importância para a decisão. Este é o caso de uma discente que respondeu ao questionário, escrevendo o seguinte sobre essa questão:

(...) já fui voluntária durante 6 anos no Hospital de Base, e foi lá que decidi que ia fazer Serviço Social, porque conheci o trabalho do assistente social e gostei muito (estudante A).

A questão da religião, em decorrência da sua vinculação com a profissão na sua gênese e de toda a importância que teve ao longo do seu desenvolvimento, não poderia deixar de ser abordada aqui. Com o intuito de saber se ela ainda influencia a escolha por essa carreira e se ainda reflete no perfil de seus profissionais, foi perguntado, aos

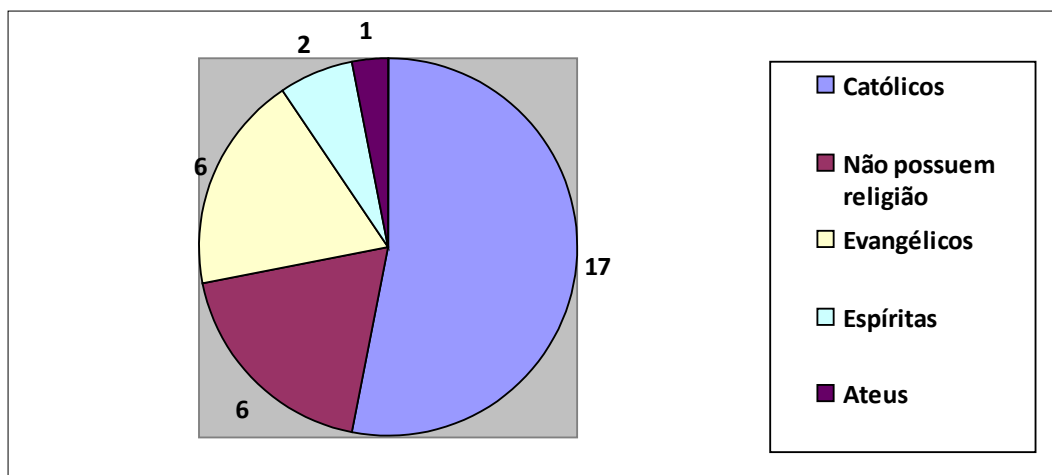
estudantes recém-ingressos, se eles tinham alguma religião: 35 responderam afirmativamente, sendo 10 do diurno e, portanto, 25 do noturno. Abaixo, gráficos mostram as crenças seguidas pelas amostras de alunos de cada turno:

Gráfico 5: Inserção religiosa entre estudantes do diurno



Fonte: Pesquisa realizada junto aos discentes recém-ingressos do Curso de Serviço Social da UNB, 2010

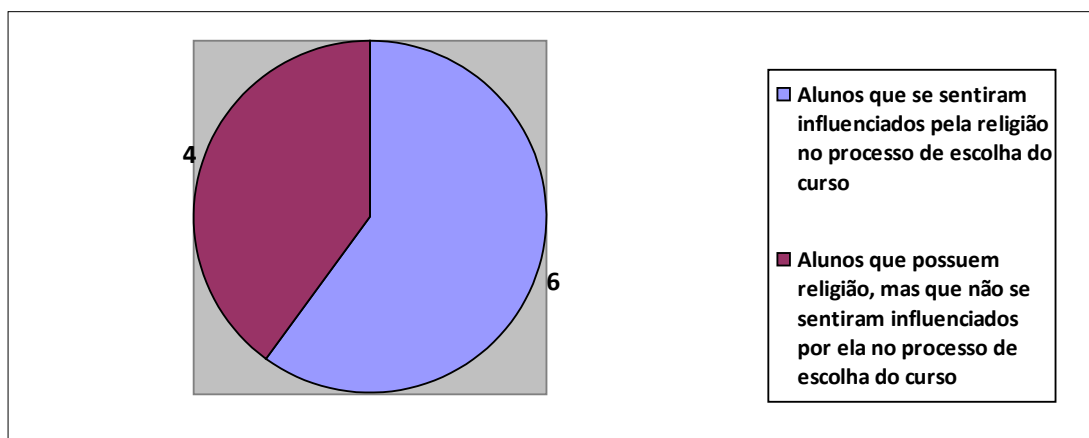
Gráfico 6: Inserção religiosa entre estudantes do noturno



Fonte: Pesquisa realizada junto aos discentes recém-ingressos do Curso de Serviço Social da UNB, 2010

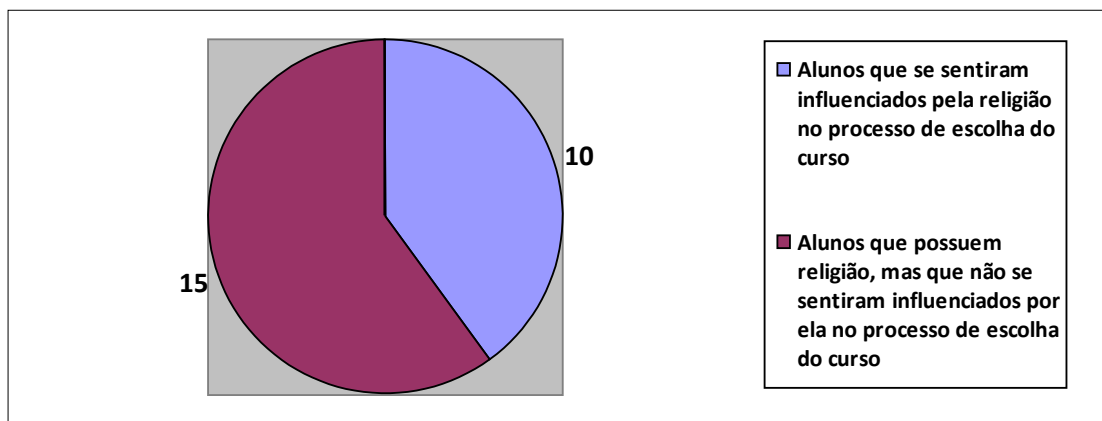
Dos 35 que afirmaram ter religião, 16 se disseram influenciados por ela, no processo de escolha do curso sendo, desses 16, 6 do diurno e 10 do noturno, conforme pode se ver abaixo:

Gráfico 7: Influência da religião na escolha do curso (estudantes do diurno)



Fonte: Pesquisa realizada junto aos discentes recém-ingressos do Curso de Serviço Social da UNB, 2010

Gráfico 8: Influência da religião na escolha do curso (estudantes do noturno)



Fonte: Pesquisa realizada junto aos discentes recém-ingressos do Curso de Serviço Social da UNB, 2010

É significativa a quantidade de candidatos que optou pelo Serviço Social com base em suas crenças religiosas, o que confirma a fala de Simões, de que os princípios advindos de tais crenças “são fortes motivadores para o ingresso na profissão, sejam eles de base católica ou evangélica/protestante. A idéia de fazer o bem, de ajuda ao próximo, da busca da justiça social, o ideal do ‘bom samaritano’, são elementos repetidamente trazidos por aqueles que escolhem o Serviço Social” (Simões, 2007, p. 02). Isso nos leva a supor que a religião continua a influenciar a escolha de muitas pessoas por essa formação acadêmica, refletindo no perfil de boa parte dos profissionais dessa categoria.

Por fim, com o intuito de se conhecer mais amplamente a visão desses alunos acerca do assistente social e de sua prática profissional, lhes foi perguntado, diretamente, como viam o Serviço Social, o que este lhes significava. As respostas a essa pergunta foram, sem dúvida, as mais enriquecedoras para esse estudo, já que apareceram diversas categorias, como:

- cidadania;
- diversidade (tanto no que se refere às disciplinas do curso, como também aos sujeitos com os quais o profissional atua);
- doação;
- amparo;
- fazer o bem;

- luta;
 - evolução social;
 - satisfação pessoal;
 - tipo de ajuda que difere da caridade;
 - esperança;
 - melhoria da sociedade;
- oportunidade de crescimento.

Tanto os alunos do diurno, como os do noturno, de uma forma geral, definiram o Serviço Social de maneira genérica, o que mostra que eles tinham informações escassas sobre essa área de conhecimento. Daí, podemos supor que o que se sabe acerca do Serviço Social, na sociedade, é muito pouco, mesmo em face das campanhas de visibilidade e da atuação constante do conjunto CFESS/CRESS nos Conselhos, nas ações desenvolvidas, nas campanhas.

Os discentes do diurno, no seu conjunto, apresentaram um menor entendimento, em relação aos seus colegas do noturno. Nas suas respostas, as categorias mais encontradas foram “doação”, “amparo”, “fazer o bem” e “luta”, mostrando que ainda é comum uma visão retrógrada da profissão e de sua categoria, já que tais características são típicas do Serviço Social ligado à benevolência e ao militância, típicos da gênese e do período de reconceituação dessa profissão, respectivamente. O Serviço Social atual, sustentado por um projeto ético-político crítico e comprometido com os interesses da classe trabalhadora, praticamente não apareceu na fala desses alunos, sendo possível encontrá-lo apenas nas categorias “cidadania” e “diversidade”.

Já entre os estudantes do noturno, falas como “compreensão e estudo da sociedade”, “uma profissão não muito reconhecida”, “um curso que possibilita uma visão crítica da sociedade”, “algo que vai além da caridade” e “uma das formas de consolidar os direitos das pessoas” apareceram, e numa quantidade considerável, que apesar de não ter sido maior que a quantidade de categorias baseadas em estereótipos, foi bastante significativa. Mas, mesmo assim, não se pode dizer que predomina, nessa amostra uma visão verossímil acerca dessa área de conhecimento e de seus profissionais.

Tudo isso mostra que, apesar das claras mudanças que sofreu ao longo de sua história, o Serviço Social brasileiro continua sendo visto com as características que lhes pertenceram no passado, pelo menos no que se refere a essa parcela de estudantes. Portanto, um contingente considerável dos discentes dessas turmas, possui idéias e um perfil condizentes com o Serviço Social de outras épocas. Supondo que a quantidade de alunos com tais perfis e idéias também seja significativa em grande parte das outras turmas universitárias desse curso, esse conservadorismo pode se refletir no próprio perfil da categoria profissional, sendo necessários estudos posteriores, bem maiores e mais complexos que este, para se tirar uma conclusão a respeito.

3.2- Dados coletados junto aos formandos

Conforme já dito, questionários foram aplicados em alguns estudantes previstos para se formar no primeiro semestre de 2010, mesmo período em que ingressaram os alunos que constituem as outras amostras dessa pesquisa.

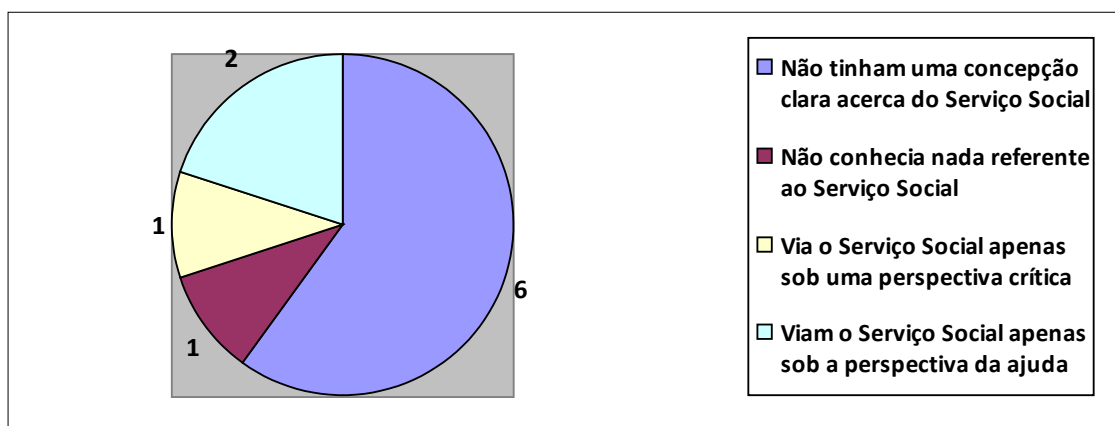
O questionário que foi aplicado junto a esses discentes possuía duas perguntas. A primeira delas, foi elaborada de forma a saber como enxergavam o curso e a profissão, tão logo o seu ingresso na universidade. A segunda, por sua vez, indagava se houve alguma mudança nessa visão, ao longo do processo de formação e lhes pedia, caso a resposta fosse afirmativa, para que falassem um pouco sobre ela: como ocorreu e por quais motivos.

A amostra utilizada para a aplicação do referido questionário foi pequena (apenas 10 formandos), dado que o foco desse estudo está nos discentes que acabaram de ingressar. Mas ela trouxe dados bastante esclarecedores e permeados por uma densidade que foi de fundamental importância para se chegar a uma conclusão a respeito dessa temática, em relação a todas as amostras participantes desse estudo.

Vamos, então, a esses dados: ao iniciarem o curso, 6, desses 10 alunos, não tinham uma clara noção acerca dele e da sua prática profissional; 1 não tinha conhecimento de nada a seu respeito, pois ingressou nessa formação acadêmica apenas pelo fato de que a nota que esta exige para aprovação ser menor que a nota exigida por muitos outros cursos; 1 sabia que a formação oferecida pelo Serviço Social é bastante

crítica, mas acreditava que o curso se resumia a isso; e, por fim, 2 viam o curso e a profissão sob a perspectiva da ajuda, da caridade, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 9: Visão dos formandos acerca do curso de Serviço Social e de sua prática profissional ao ingressarem na universidade

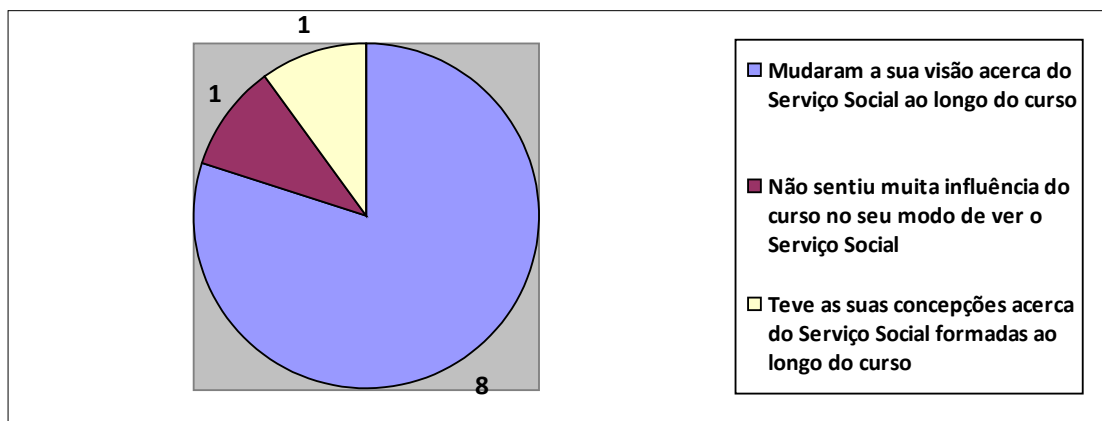


Fonte: Pesquisa realizada junto aos discentes formandos do Curso de Serviço Social da UNB, 2010

Como se pode perceber, os formandos, assim como seus colegas recém-ingressos, possuíam um conhecimento muito vago sobre o Serviço Social: tanto no que se refere à formação acadêmica, como à atuação de seus profissionais. Isso reforça a idéia defendida em parágrafos anteriores, de que essa área de conhecimento é alvo de muitos equívocos no que diz respeito a sua concepção, lembrando que isso foi dito em relação aos alunos recém-ingressos que se constituem na amostra que contribuiu para essa pesquisa.

Ao responderem à segunda questão, a maioria desses formandos afirmou ter sofrido uma mudança no seu modo de ver o curso e a atuação profissional dele decorrente: essa maioria corresponde a 8 deles. Apenas 1 afirmou não ter sofrido muita influência, ao longo do processo de formação, na visão que já possuía. E o outro, que ainda resta ser abordado aqui, alegou que, por não saber nada sobre o curso e a sua prática profissional ao ingressar na universidade, não sofreu nenhum processo de mudança, já que tudo o que sabe a esse respeito, foi apreendido no decorrer de sua formação. O gráfico abaixo apresenta esses dados de forma sintetizada:

Gráfico 10: Influência sofrida pelos formandos na sua concepção acerca do Serviço Social no decorrer do curso



Fonte: Pesquisa realizada junto aos discentes formandos do Curso de Serviço Social da UNB, 2010

Ainda em relação a esse segundo questionamento que foi feito aos formandos, se faz necessário mostrar como ocorreu a mudança que a maioria deles alegou ter sofrido. Como é de se supor, tal mudança se deu no sentido da quebra de concepções equivocadas acerca da profissão, bem como da aquisição de um posicionamento crítico acerca da sociedade, contexto em que a prática profissional se dá. Com isso, houve, também, alterações na maneira de se enxergar o profissional assistente social.

Como exemplo, podemos citar as falas dos estudantes que, ao ingressarem no curso, o viam sob a perspectiva da ajuda. Abaixo, uma dessas falas é apresentada. Nela, é nítida a diferença das concepções atuais do aluno que a proferiu, em relação às que tinha anteriormente:

Hoje, depois dos estágios e de acompanhar a prática profissional, eu vejo o Serviço Social como o profissional (sic) responsável por assegurar o direito das pessoas, com a visão de que políticas públicas ou Programas Sociais são serviços ‘de Direito’ da população, e não, boa-ação do Estado (estudante B).

Portanto, o que se pode perceber, é que a maioria desses alunos ingressou no curso sem ter um conhecimento bem delimitado do que se tratava, formando tal

conhecimento, no seu decorrer. Supondo que esse processo seja comum entre os estudantes de Serviço Social, é de se imaginar, então, que apesar de muitos deles ingressarem nessa formação acadêmica baseados em estigmas retrógrados e conservadores, vão experimentando mudanças nessas suas maneiras de enxergar o curso e a profissão, vindo a se tornar profissionais que possuem uma atuação crítica (dada que é essa a perspectiva que permeia a formação), não prevalecendo, assim, uma perspectiva conservadora entre eles. Por ser apenas uma suposição, são necessárias, logicamente, pesquisas posteriores para analisá-la, comprovando-a ou não. É necessário muito cuidado na análise dessa questão, pois as idéias e inserções anteriores ao processo de formação não podem ser ignoradas, como se desaparecessem por completo após o contato com o debate acadêmico. É preciso contrapor tais idéias e inserções ao conhecimento que é adquirido no decorrer da formação, para que seja possível saber se permanecem após o seu término e, em caso afirmativo, saber como se dá a interação entre eles.

Considerações Finais

O desejo de conhecer alguns dos estudantes de Serviço Social e saber como vêem e pensam essa área de conhecimento, levou à realização desse trabalho. Tal desejo, ao contrário do que aparenta, nada tem de simples ou singelo: por trás dele, há a vontade de se inserir em um debate bastante amplo e complexo, permeado por questionamentos intrigantes, como: quem são aqueles que buscam se inserir no Serviço Social? O que procuram? Em que se baseiam para escolher essa profissão? Como vivem? O que pensam a respeito da sociedade? O que pretendem, enquanto sujeitos inseridos nessa categoria profissional?

Ao longo da realização dessa pesquisa, algumas variáveis tiveram que ser inseridas, variáveis que deveriam estar presentes desde o seu início. Isso mostra que o debate em torno dessa temática costuma ser bem mais amplo do que se costuma imaginar, se incluindo, aí, até mesmo nós, estudantes e profissionais da área. Mesmo com a inclusão de novas variáveis e a realização de leituras para abarcá-las, mesmo com a realização das entrevistas e a aplicação dos questionários, a sensação que fica, no final desse processo, é a de que ainda há muito a ser explorado.

Os dados coletados nessa pesquisa mostram que, levando-se em consideração as amostras que contribuíram para a sua realização, pode-se dizer que o Serviço Social continua a receber, de forma predominante, estudantes do sexo feminino. O que também se observou, é que os alunos desse curso, em sua maioria, são oriundos de camadas menos abastadas da população. A religiosidade, bem como inserções em ações voluntárias e movimentos sociais, também são comuns entre eles.

Com relação à predominância do sexo feminino, o que se pode dizer, tal como já foi discutido aqui, é que esta provavelmente está relacionada à fase inicial da profissão, onde é notável um caráter exclusivamente feminino, visto que, neste período, características como benevolência e abnegação, que permeavam a sua prática, eram tidas como pertencentes às mulheres e, portanto, somente elas tinham a “autorização” para serem assistentes sociais, já que possuíam o “dom” para realizar as ações cabidas a essa profissão. Como mostra Simões (2007), é provável que esta confusão mulher/bondade, abnegação/Serviço Social, típica dessa época, ainda permeie o imaginário de muitas das pessoas que escolhem essa formação acadêmica.

Outro ponto que chama a atenção é a questão da classe social. Uma quantidade considerável dos discentes que responderam ao questionário pertence a classes sociais mais baixas. Isso, associado ao elevado índice dos que estão no curso porque este possui uma nota de aprovação menor que a de muitas outras formações acadêmicas, fortalece a já citada hipótese da ascensão social, de Simões (2007). Ainda no que diz respeito a essa questão, se faz importante observar a diferenciação existente entre os alunos do diurno e os do noturno. Os primeiros, de uma forma geral, possuem condições financeiras melhores, o que mais uma vez fortalece a referida hipótese de Simões (2007), na qual ele

também cita o fato de que as pessoas que estudam à noite, em sua maioria, são mais pobres, tendo que trabalhar durante o dia para se sustentar.

A questão da religiosidade também não poderia deixar de ser abordada aqui, devido a sua íntima ligação com a profissão, na fase inicial desta. Conforme mostrado, a maioria dos estudantes recém-ingressos que participaram da pesquisa, possuem uma religião, tendo, muitos deles, se sentido influenciado a escolher o curso com base nela. Esses dados mostram que, pelo menos nesses casos, a associação entre religião e Serviço Social ainda é bastante comum, o que faz supor que ela, que é típica da fase inicial da profissão, permanece com relativa força entre os sujeitos que optam por essa carreira. Os estudos realizados por Abreu (2007), Aquino (2007) e Simões (2007), que apontaram constatações semelhantes, fortalecem a idéia da veracidade dessa suposição, mas para comprová-la (ou não) de fato, é necessária a realização de mais desses estudos, em dimensões maiores.

As inserções em ações voluntárias e movimentos sociais, igualmente é algo bastante comum entre os discentes que constituem as amostras dessa pesquisa. As participações em ações sociais, bem como as atuações no voluntariado, são mais comuns que o engajamento em movimentos sociais e políticos, e acabaram por exercer maior influência nos seus participantes, no processo de escolha da formação acadêmica, o que nos remete, mais uma vez, à questão da confusão existente entre religião e Serviço Social, já que a maioria das ações sociais e trabalhos voluntários citados eram promovidos por instituições religiosas.

As tendências observadas nas falas dos alunos recém-ingressos, pelo seu teor predominantemente conservador, nos mostram que, pelo menos no que se refere a eles, há uma re-atualização de elementos retrógrados, típicos de outras fases da profissão. Tal conservadorismo expressa o movimento atual da própria sociedade e que comparece na fala dos alunos recém-ingressos, também como forte peso do desconhecimento que possuem acerca do atual projeto ético-político do Serviço Social.

Mas, vale lembrar, que a grande maioria dos formandos que participaram desse estudo, alegaram ter sofrido um processo de mudança radical ao longo da graduação, no que diz respeito a sua maneira de ver não só o curso e a atuação profissional dele proveniente, mas também a sociedade, de uma forma geral. Por terem sido mudanças

impulsionadas pelo processo de formação e condizentes com ele, que é altamente crítico, é de se supor que esses alunos terão, assim, uma atuação profissional baseada numa análise crítica do contexto em que estão inseridos, não reproduzindo, portanto, idéias e comportamentos conservadores.

Diante dessa re-atualização do neo-conservadorismo, que aparece na vinculação religiosa como um elemento de escolha para a profissão, e do entendimento de voluntariado como um espaço de inserção do alunado que chega ao curso, se faz necessário, ao meio acadêmico, uma contínua atenção a estas tendências neo-conservadoras, buscando constantemente uma qualificação maior de seus discentes, tornando-os profissionais cada vez mais críticos. Com relação à influência das idéias iniciais e das idéias adquiridas no processo de formação, na formação do perfil da categoria profissional, são necessárias pesquisas posteriores, para se saber quais delas predominam. Não se pode tirar conclusões muito extensas e definitivas desse estudo, dada a pequena amostra que tomou para análise, frente à complexidade desse tema. Complexidade que, portanto, torna necessária a realização de muitas outras pesquisas: só assim poderemos conhecer, de fato, quem somos nós, estudantes, pesquisadores e profissionais dessa área de conhecimento e atuação tão recente, múltipla e instigante que é o Serviço Social.

Referências Bibliográficas

ABAS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. In: Revista de Cultura Social. São Paulo, ano VII, nº. 48, 1948.

ABREU, Fábio Henrique Cerqueira. *Caridade ou Cidadania? O que atrai (sic) os calouros do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília*. Brasília: UnB, 2007. 52 p. Trabalho de Conclusão de Curso- Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília 2007.

ALBERNAZ, Ana Cristina Nascimento Peres; SILVA, Valéria Gonçalves da Costa. Assistente Social: Um profissional a serviço dos direitos, da cidadania e da justiça social. Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 166-175, 2009.

ALENCAR, Francisco, *História da Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.

AQUINO, Marcos Fernandes. *Por que Serviço Social? Uma análise de algumas concepções que influenciam a escolha da profissão na contemporaneidade*. Brasília: UnB, 2007. 78 p. Trabalho de Conclusão de Curso- Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília 2007.

BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. *Nacionalismo e Desenvolvimento*. São Paulo: CEBRAP- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Novos Estudos, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

BELTRÃO, K. I; TEIXEIRA, M. P. (2004), *O vermelho e o Negro*. Textos para discussão, nº 1052.

BRASIL. *Lei 8662/93 de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.

CAMPOS, Júlia de Sá da Silva; ORTIZ, Fátima da Silva Grave; SANTOS, Angélica Pires Belchior dos; SOUSA, Érika Alves de. *Serviço Social e formação profissional: considerações a partir dos estudos sobre a imagem da profissão no Brasil*. XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2010.

CARLOS, Ana Ester Machado; GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio; SANTOS, Simone da Silva Farias; SILVA, Natália Soares da. *Imagem do Serviço Social a partir dos seus protagonistas*. XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2010.

CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 5. ED. São Paulo: Cortez, 2000.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 26. Ed. São Paulo: Lima (Peru): Cortez, Celats, 2009.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto; MIRANDA, Ana Paula Rocha de Sales. *O Serviço Social e sua ética profissional*. Revista Ágora (Rio de Janeiro), v. nº 2, p. 1-23, 2005.

CBCISS. *Documento Alto da Boa Vista*. Rio de Janeiro: Agir, 1988.

_____. *Teorização do Serviço Social: documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré*. 2. ed., Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CFAS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Rio de Janeiro: CFAS, 1965.

_____. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Rio de Janeiro: CFAS, 1975.

_____. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Rio de Janeiro: CFAS, 1986.

CFESS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1993.

COBRA, Rubem Q. *Fenomenologia*. Filotemas, site www.cobra.pages.nom.br, Internet, Brasília, 2001, rev. 2005

DINIZ, Débora. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 13, nº 2, p. 417-426, Abril 2008.

GOIS JUNIOR, E. Higienismo e Positivismo no Brasil: unidos e separados nas campanhas sanitárias (1900-1930). *Dialogia (UNINOVE)*, São Paulo, v. 2, 2006.

GOODWIN, C. James. *História da psicologia moderna*. SP, Cultrix, 2005.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

HOBBSBAWM, E. J. *As origens da revolução industrial*. São Paulo: Global, 1979.

_____. *Era dos extremos: o breve século xx: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KONNO, Cristiane Carla. *A formação profissional na consolidação do projeto ético-político do Serviço Social*. 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, Unioeste- Campus de Cascavel, 2005.

MUSTAFÁ, A. M. *Reflexões sobre o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social*. In *Presença Ética: Ética, política e emancipação humana*, Ano III, n. 3. Recife: GEPE-UFPE, dez. 2003.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Ditadura e Serviço Social- Uma análise do SS no Brasil pós-64*. São Paulo, Cortez, 1990.

_____. *O Movimento de Reconceituação 40 anos depois*. Revista Serviço Social e Sociedade, nº. 84. ANO XXVI novembro 2005.

NEVES, José Luís. Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração. V. 1, nº 3, 2º sem/1996.

RAICHELLIS, Raquel. *O Serviço Social no Brasil*. Textos publicados na Agenda CFESS 2006.

RAMOS, S. R. 10 anos de Código de Ética dos (as) Assistentes Sociais: dimensão histórica, lutas e desafios. In Presença Ética: Ética, política e emancipação humana, Ano III, n. 3. Recife: GEPE-UFPE, dez. 2003.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. *Notas Sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social*. In: CRESS 7ª Região. (Org.). Assistente Social: Ética e Direitos- Coletânea de Leis e Resoluções. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Daugraf Gráfica e Editora, 2008, v.I.

RUTTEM, Geordesc. *Doutrina Social da Igreja, segundo as Encíclicas Rerum Novarum e Quadragesimo Anno(a)*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

SETUBAL, Aglair Alencar. *Alguns Aspectos da História do Serviço Social no Brasil*. Paraíba: UFPB, 1983. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social, João Pessoa 1983.

SILVA, Francisca Selidonha Pereira. Mesa Redonda Educação, Mídia e Poder. 2006.

SIMÕES, Pedro. *Porque estudar o Perfil Profissional*. Serviço Social & Realidade, v. 17, p. 47-64, 2008.

_____. *Religião e política entre alunos de Serviço Social (UFRJ)*. Relig. soc., Jul 2007, vol.27, nº.1, p.175-192.

SOARES, Adriana de Oliveira. Serviço Social e Saúde Mental: A formação de uma prática ou uma prática em formação? Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2006. Dissertação de Mestrado- Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ANEXOS

Anexo I

Roteiro de perguntas para a entrevista

- 1- O curso de Serviço Social era a sua primeira opção?
- 2- Se a resposta da primeira pergunta for não: então por que você escolheu Serviço Social?

Se a resposta da primeira pergunta for sim: Por que você escolheu Serviço Social?

- 3- Como você acha que é a prática profissional do assistente social?
- 4- Você conhece ou já teve contato com algum assistente social ou estudante de Serviço Social? Isso influenciou a sua escolha pelo curso?
- 5- Você participa (ou já participou) de algum trabalho voluntário ou movimento social? Qual? Isso influenciou a sua escolha pelo curso?
- 6- Você tem religião? Qual? Ela influenciou a sua escolha pelo curso?
- 7- O que é Serviço Social para você?

Anexo II

Caro (a) colega,

Este questionário é parte da pesquisa “Por que Serviço Social? Um estudo com discentes de Serviço Social da Universidade de Brasília”, da qual você está sendo convidado a participar. Sua recusa em respondê-lo, não lhe trará nenhuma espécie de dano. Caso responda, seus dados serão mantidos em sigilo, assim como a sua identidade.

Obrigada pela sua valiosa colaboração.

() Declaro que entendi as condições nas quais será realizada a pesquisa e concordo em participar

Questionário

1- O curso de Serviço Social era a sua primeira opção?

() sim () não

Se você marcou SIM, vá para a questão 2

Se você marcou NÃO, vá para a questão 3

2- Por que você escolheu Serviço Social?

3- Então por que você escolheu Serviço Social?

4- Como você acha que é a prática profissional do assistente social?

5- Você conhece ou já teve contato com algum assistente social ou estudante de Serviço Social? Se sim, isso influenciou a sua escolha pelo curso? Por quê?

6- Você participa (ou já participou) de algum trabalho voluntário ou movimento social? Se sim, que espécie de trabalho voluntário e/ou movimento social é (era) esse? Essa participação influenciou a sua escolha pelo curso? Por quê?

7- Você tem religião? Se sim, qual é essa religião? Ela influenciou a sua escolha pelo curso? Por quê?

8- O que é Serviço Social para você?

Anexo III

Caro (a) colega,

Este questionário é parte da pesquisa “Por que Serviço Social? Um estudo com discentes de Serviço Social da Universidade de Brasília”, da qual você está sendo convidado a participar. Sua recusa em respondê-lo, não lhe trará nenhuma espécie de dano. Caso responda, seus dados serão mantidos em sigilo, assim como a sua identidade.

Obrigada pela sua valiosa colaboração.

() Declaro que entendi as condições nas quais será realizada a pesquisa e concordo em participar

Questionário Socioeconômico

1- Você trabalha ou já trabalhou?

- (a) Trabalho, estou empregado (a), com carteira de trabalho assinada
- (b) Trabalho, mas não tenho carteira de trabalho assinada
- (c) Trabalho por conta própria, não tenho carteira de trabalho assinada
- (d) Já trabalhei, mas não estou trabalhando no momento
- (e) Nunca trabalhei
- (f) Nunca trabalhei, mas estou à procura de trabalho

2- Quem mora com você?

- (a) Moro sozinho (a)
- (b) Pai, mãe e/ou irmãos
- (c) Esposo (a)/companheiro (a)
- (d) Filhos (as)
- (e) Outros parentes, amigos (as), colegas
- (f) Outra situação

3- Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda de vocês?

- (a) Até 1 salário mínimo (até R\$ 510,00)
- (b) De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 510,00 a R\$ 1.020,00)
- (c) De 2 a 5 salários mínimos (de R\$ 1.020,00 a R\$ 2.550,00)
- (d) De 5 a 10 salários mínimos (de R\$ 2.550,00 a R\$ 5.100,00)
- (e) De 10 a 30 salários mínimos (de R\$ 5.100,00 a 15.300,00)
- (f) De 30 a 50 salários mínimos (de R\$ 15.300,00 a 25.500,00)
- (g) Mais de 50 salários mínimos (de R\$ 25.500,00 em diante)

Anexo IV

Caro (a) colega,

Este questionário é parte da pesquisa “Por que Serviço Social? Um estudo com discentes de Serviço Social da Universidade de Brasília”, da qual você está sendo convidado (a) a participar. Sua recusa em respondê-lo, não lhe trará nenhuma espécie de dano. Caso o responda, sua identidade será mantida no mais absoluto sigilo.

Obrigada pela sua valiosa colaboração.

☞ ☜ Declaro que entendi as condições nas quais será realizada a pesquisa e concordo em participar.

1- Como você via o Serviço Social no início da graduação, quando ainda estava cursando seus primeiros semestres?

2- E agora, como você vê o Serviço Social? Você acha que houve mudança (s) na sua maneira de enxergá-lo? Se tiver ocorrido mudança (s), fale um pouco sobre ela (s), sobre a forma como se deu (deram) e os motivos pelos quais ocorreu (ocorreram).
